



RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

CURITIBA
abril /2008

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
X
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Exercício de 2008

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
LUIZ FORTE NETTO

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
HERON ARZUA - Presidente

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
ENIO JOSÉ VERRI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação das Associações dos Municípios do Paraná
ANTONIO WANDSCHEER

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
JEFERSON DANTAS NAVOLAR

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
ANTONIO BORGES DOS REIS

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
LUIZ FORTE NETTO

Superintendente Executiva
RAJINDRA KAUR SINGH

Diretor de Administração e Finanças
ANTONIO ALDEMIR TOLEDO DA SILVA

Diretora de Operações
MIRYAM KRAVCHYCHYN

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2009.

Ao
**Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.**
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE, no exercício de 2008, foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica aprovado na 106ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 17 de dezembro de 2007.

Atendendo ao disposto na lei instituidora do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2008.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2008 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Luiz Forte Netto
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----	03
II	COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA -----	03
III	CARTA DO SUPERINTENDENTE -----	04
IV	SUMÁRIO -----	05
V	APRESENTAÇÃO -----	06
VI	RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----	07
VII	RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES -----	30
VIII	ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS -----	68
	• Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE -----	70
	• Demonstrativos Orçamentários FDU -----	76
	• Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa-----	82
	• Demonstrações Contábeis -----	85
	• Auditoria Externa -----	112
IX	ANEXO -----	149

V - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório passam a ser demonstradas as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2008 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias.

São agrupadas, neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa BDO TREVISAN – Auditores Independentes.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Objetivo:

Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:

Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2006 a outubro/2007.	Realizada em outubro/2008 a alteração da representação sindical do SENALBA (dos trabalhadores) para o SINDASPP – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e em Empresas Prestadoras de Serviços do Estado do Paraná., devidamente registrada em Ata no Ministério do Trabalho e Emprego/Superintendência Regional do Paraná. Na ocasião também houve alteração da representação sindical patronal, antes SECRASO para SESCAP – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná, por atenderem melhor as necessidades de enquadramento do PARANACIDADE ao Sindicato que melhor corresponda a sua missão institucional.	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:

Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Realizado em outubro de 2008, o Acordo Coletivo de Trabalho referente ao período, 2006/2007.	X		
Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de novembro/ 2008 a outubro/2009.	Em processo de negociação.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:

Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Manutenção.	Manutenção contínua.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise da demanda de atendimento dos Escritórios Regionais.

Ação:

Proporcionar condições aos escritórios regionais, a fim de adequá-los para o fiel cumprimento dos objetivos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Equipar os escritórios regionais com vistas a suprir as necessidades tecnológicas, bem como outros instrumentos.	Foram adquiridos em agosto/2008 e encaminhados aos Escritórios Regionais, estações 2.0 GB, 19", DVD LINUX; monitores LCD 19"; estações de trabalho; impressoras laserjet, multifuncional e laser lexmark.	X		
	Adquirido veículo modelo Gol, quatro portas, Confort, em substituição a veículo sinistrado no Escritório Regional de Londrina.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Identificação de clientela para treinamento específico. - Possibilitar o treinamento demandado.	9º Fórum Internacional de Software Livre, 01 empregado.	X		
	Seminário sobre Impactos Financeiros sobre a Nova Lei Contábil, 03 empregados.	X		
	Aspectos Polêmicos do Pregão Presencial e Eletrônico do Sistema de Registro de Preços, Credenciamento e Lei Complementar 123/07, 01 empregado.	X		
	Curso Licitações e Contratos, 02 empregados.	X		
	I Congresso Brasileiro JML de Gestão Pública, 01 empregado.	X		
	Curso de Retenção do PIS, COFINS, CSLL, ISS, INSS, 02 empregados.	X		
	IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo, 04 empregados.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:

Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	• Curso A Arte da Virtualização de Sistemas Operacionais Utilizando Xen 454, 01 empregado. • Curso Convergências das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais de Contabilidade, 01 empregado. • Curso Patologia das Construções, 07 empregados. • Curso Gerenciamento de Obras, 04 empregados. • Graduação Tecnologia em Produção de Multimídia, 01 empregado. • Graduação Tecnologia em Gestão de Eventos, 01 empregado. • Graduação em Tecnologia em Gestão Pública, 21 empregados. • Curso de Pós Graduação em Controladoria e Finanças, 01 empregado.	X		
		X		
		X		
		X		
			X	
			X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:

Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos.	Renovação das apólices de Seguro na Sede e em todos Escritórios Regionais.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:

Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Revisões e atualizações.	• Atividade contínua.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:

Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Incentivo e apoio a eventos, programas, reuniões e cursos que possibilitem ou facilitem atingir os objetivos.	Realizado o II Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos, de 3 a 5 de dezembro, em Foz do Iguaçu, em parceria com o Governo do Estado, Secretaria Estadual do Planejamento, Associação dos Municípios do Paraná e SEBRAE.	X		
Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o Know-how do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica.	Recebimento de Delegação Chilena, em janeiro/2008, composta por vários segmentos do governo do Chile e por técnicos do BID para conhecerem da rotina de empréstimos e financiamentos aos municípios, a gestão do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), as lições aprendidas com o Programa Paraná Urbano II, o Índice de Oferta de Serviços Públicos, o planejamento urbano e regional, a Lei de Responsabilidade Fiscal, os tributos municipais e mecanismos de recuperação de custos dos investimentos.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:

Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/07 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	Processo contínuo.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação à nova regulamentação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Ação:

Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE às diretrizes do Decreto Estadual nº 3736, de 10.11.97.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Alternativas decorrentes de alterações de legislação tributária estadual e municipal.	Em contínua atualização.		X	
Alterações no regulamento do FDU.	Decreto nº 2565/2008	X		
Constituição de base real e atual de todos empréstimos e subempréstimos concedidos com recursos do FDU.	Em contínua atualização.		X	
Constituição de Sistema Gerencial Financeiro, baseado em Banco de Dados informatizado para acompanhamento e gerenciamento de contratos.	- Sistema em desenvolvimento permanente utilizando a mesma base de informações do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM. - Fase de desenvolvimento, teste e automatização de novas funções. - Manutenção contínua.		X X X	
SACE – Sistema de acompanhamento dos convênios especiais (PEOM).	Manutenção contínua.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática.	- Atualizações, adequações e ajustes de ação contínua nos Sistemas Integrados e de Controle de Informações do PARANACIDADE, bem como a implementação e desenvolvimento de novos sistemas ou de novas rotinas, na medida em que forem necessárias. - Instalados os módulos de: agenda corporativa, agenda de recursos, servidor de correio eletrônico com tecnologia IMAP, catalogo eletrônico de contatos. Ainda restam os módulos que necessitam de contratação de programadores externos, processo em andamento.		X	X

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:

Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Análise, estudo e propostas de novas implementações físicas, lógicas e estratégicas na área de informática.	- Implantar Sistema de Informação Integrado para Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças Contabilidade e Relatórios Gerenciais). Edital de licitação em andamento para adquirir o referido sistema. - Instalação de equipamentos de informática, telemática e de telefonia novos, bem como a substituição dos equipamentos que não atendam as especificações técnicas definidas para a Entidade, inclusive servidores de rede, estações de trabalho, impressoras e demais componentes. Adquiridos e implantados no ano de 2008.	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Edição de Agenda Anual para 2009 e de Calendário, com distribuição dirigida.	Confecção de 5.800 Agendas e 4.000 Calendários, com distribuição em janeiro/fevereiro de 2009.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:

Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Página eletrônica para livre e fácil acesso de público interessado nas ações e atuações da empresa. • Desenvolvimento de um novo lay-out para a página eletrônica.	• Manutenção e atualizações contínuas. • Atividade parcialmente executada. Levantadas, as necessidades técnicas e encaminhadas à Diretoria de Administração e Finanças.		X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acordos de Cooperação Técnica e Termos de Convênio, com entidades e/ou organizações nacionais e internacionais.	Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE e a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é a participação da Caixa como Agente Financeiro do FDU, nas operações de empréstimos a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, em decorrência de Projetos de Melhorias e Desfavelamento nos Bairros definidos como Sub Normais, Reassentamento de Famílias de Baixa Renda e Relocação de Habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Relacionamento e articulação com entidades e organizações nacionais e internacionais.

Ação:

Formalizar acordos de cooperação técnica, contratos, convênios e/ou outros instrumentos legais, que possibilitem intercâmbio de tecnologia e informação na área de atuação do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o PARANACIDADE, a Secretaria de Estado da Cultura e a Radio e Televisão Educativa do Paraná, cujo objetivo é a conjugação de recursos humanos, tecnológicos e materiais, com vistas a viabilizar e possibilitar apresentações simultâneas de áudio e vídeo em 12 cine teatros integrantes do Circuito Cultural do Estado do Paraná e em Curitiba, no MON e na RTVE, bem como promover a instalação, operação e manutenção da rede de fibra ótica necessária a tais apresentações.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:

Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008.	• Parecer conclusivo da auditoria, realizado pela BDO TREVISAM AUDITORES INDEPENDENTES, previsto para fevereiro de 2009.		X	
• Conclusão da Auditoria relativa ao exercício de 2008.	• Previsão fevereiro de 2009.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Auditagem das ações e programas do PARANACIDADE.

Ação:

Acompanhamento e assessoria às ações de auditoria executadas pela auditoria interna, externa, do BID e do Tribunal de Contas do Estado.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acompanhamento e assessoria aos profissionais no exercício de auditorias técnicas, contábeis e financeiras, elaborando relatórios, demonstrativos e fornecendo informações necessárias ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.	Ações contínuas.		X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:

Estabelecer plano de metas, objetivas e respectivos orçamentos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas.	Plano de Ação Estratégica para 2009 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira, ambos, aprovado pelo Conselho de Administração em 15/12/2008 e a Revisão Orçamentária e Financeira em 27/11/2008.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:

Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Realizar uma reunião ordinária a cada quatro meses do Conselho de Administração e extraordinárias, a qualquer tempo, quando julgado necessário.	Realizadas 04 (quatro) reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.	X		
Realizar reuniões mensais da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e 04 (quatro) extraordinárias, da Diretoria Executiva, em 2008.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:

Atualizar Lei de Criação, Estatuto Social e o Contrato de Gestão, em razão das alterações identificadas como necessárias para as atividades da empresa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Adequações na Lei de criação do PARANACIDADE para atendimento as solicitações dos órgãos fiscalizadores, bem como alterações no seu Estatuto, Regimento Interno do Conselho e no Plano de Cargos, Salários e Benefícios. - Novo Contrato de Gestão a ser firmado com o Estado do Paraná, atendendo as novas diretrizes estabelecidas pela Lei 15.211/2006.	- O Estatuto do PARANACIDADE com as alterações devidamente aprovadas foi registrado no Cartório de Títulos e Documentos, em 15/07/2008, sob nº 15.287. - Adequações no Regulamento para Captação de Recursos Humanos, qual visa disciplinar as contratações para o quadro de pessoal de provimento permanente, através do Certame Seletivo Público, a forma de provimento dos cargos em comissão, as contratações por prazo determinado, em atendimento ao disposto na Lei 15.211/2006. Aprovado no Conselho de Administração em 06/03/2008 e publicado no Diário Oficial do Estado em 10/04/2008. - Estudos em andamento.	X		
		X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Objetivo:

Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:

Assessoria Técnica na elaboração de convênios/ contratos, relativos a empréstimos e subempréstimos com os Municípios e outros executores.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Elaboração dos contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A.– AFPR (agente financeiro do Programa Paraná Urbano II) e os Municípios (subtomadores de empréstimos).	- Solicitação de elaboração de 335 contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. – AFPR e municípios. - Solicitação de cancelamento de 6 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios. - Solicitação de elaboração de aditivos a contratos de empréstimo entre AFPR e municípios.	X		
Elaboração dos contratos de empréstimo entre a Agência de Fomento do Paraná S.A.– AFPR e os Municípios, relativo ao Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP.	- Solicitação de elaboração de 233 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios. - Solicitação de cancelamento de 51 contratos de empréstimo entre a AFPR e municípios.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Saneamento.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes, em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.	- Em desenvolvimento obras de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e obras visando à eliminação de passivos ambientais, em municípios da área de concessão da SANEPAR. - Elaboradas 9 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 4 obras de saneamento. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Melhoria de Bairros Sub-Normais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos de Melhoria e Desfavelamento nos Bairros definidos como Sub-Normais, Reassentamento de Famílias de Baixa Renda e Relocação de Habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.	- Continuidade de ações relativas ao projeto de Melhoria da Vila Zumbi dos Palmares, no Município de Colombo. - Elaborada 1 planilha de medição e processada a solicitação de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativa ao projeto. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Quadras de Esportes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
• Construção de Quadras de Esportes Cobertas em Instituições Públicas de Ensino, estaduais e municipais, em diversos municípios, em atendimento às indicações fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação – SEED.	• Em execução obras para construção de Quadras de Esportes Cobertas em instituições públicas de ensino em diversos municípios do Estado.		X	
	• Contratação e análise do projeto elétrico em complementação ao Projeto Padrão da Quadra de Esportes Coberta.	X		
	• Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados.	X		
	• Realização de processo licitatório e contratação de empresas para a execução das obras.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Quadras de Esportes.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Fiscalização das obras, elaboração de 53 planilhas de medição e processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 18 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento de projetos para construção de unidades de saúde, denominadas Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança, em municípios eleitos pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA.	Em execução obras para construção de Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança em diversos municípios do Estado.		X	
	Contratação e análise do novo Projeto Padrão dos Centros de Saúde (arquitetônico e complementares).	X		
	Elaboração de Termos de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços para a elaboração dos projetos de implantação e realização das sondagens e respectivos laudos técnicos para a execução das obras. Acompanhamento e supervisão dos serviços apresentados.	X		
	Realização de processo licitatório e contratação das empresas para a execução das obras.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Centro de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Fiscalização das obras, elaboração de 95 planilhas de medição e processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 30 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento de Projetos de Posto de Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento do Programa Bombeiro Comunitário, em parceria com a Casa Militar da Governadoria, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP e a Polícia Militar do Paraná - PMPR/Corpo de Bombeiros – CCB. O programa prevê o financiamento da construção do prédio do Posto de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado, visando regularizar serviços de combate a incêndios e ações da Defesa Civil.	- Em execução obras para construção de Postos de Bombeiro Comunitário em diversos municípios do Estado. - Contratação e análise dos novos Projetos Padrão para construção de Postos de Bombeiros Comunitários (arquitetônico e complementares). - Efetuada supervisão, elaboradas 18 planilhas de medição e processadas as solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM relativas a 9 projetos. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.		X	
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Projeto de Construção do Hospital Regional de Ponta Grossa.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- O projeto para Construção do Hospital Regional de Ponta Grossa é objeto de Convênio de Cooperação firmado entre a SEDU/PARANACIDADE, a Secretaria de Estado da Saúde / Instituto de Saúde do Paraná – SESA/ISEP e a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. - De acordo com o convênio, cabe ao PARANACIDADE a execução do projeto a ser suportado com recursos financeiros disponibilizados pela SESA/ISEP.	- Análise e aprovação de projetos, laudos, serviços técnicos e equipamentos necessários à execução da obra, em conjunto com a SESA/ISEP. - Contratação de serviços técnicos para a elaboração de projetos de complementações e adequações necessárias para a execução da obra. - Acompanhamento e fiscalização da execução da obra, elaborando as respectivas planilhas de medição. Processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM.	X	X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Projeto para Construção do Centro Cultural Denise Stocklos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- O projeto para Construção do Centro Cultural Denise Stocklos, é objeto de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a SEDU/PARANACIDADE, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC e o Município. - De acordo com o convênio, cabe ao PARANACIDADE a execução do projeto a ser suportado com recursos financeiros disponibilizados pela SEEC.	- Análise e aprovação dos projetos (arquitetônico e complementares) necessários à execução da obra, em conjunto com a SEEC. Obtenção das autorizações necessárias junto aos órgãos competentes para a realização da obra. - Realização de processo licitatório e contratação da empresa para a construção da obra. - Acompanhamento e fiscalização da execução da obra, elaborando as respectivas planilhas de medição. Processamento das solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:

Desenvolvimento do Programa PROCIDADES.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Firmado contrato com o Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID para a prestação de serviços de consultoria para o Programa PROCIDADES, nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O PROCIDADES é um mecanismo do BID para financiamento de projetos urbanos e sociais a municípios brasileiros. - De acordo com esse contrato, o PARANACIDADE presta apoio técnico ao BID na orientação e avaliação de projetos a serem financiados pelo PROCIDADES aos municípios de Araucária, Londrina, Colombo e Guarapuava, no Paraná, e de Itajaí, em Santa Catarina.	- Desenvolvida uma missão ao Município de Itajaí para a análise da documentação do Programa, em seus aspectos técnicos, financeiros, legais, ambientais e institucionais. - Nos demais municípios foram realizadas missões de ratificação da intenção com a continuidade da ação. - Participação de técnicos do PARANACIDADE em treinamento no BID.	X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Supervisão e elaboração de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.	- Manutenção de dados da matriz referente à existência de Planos Diretores e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná. - Supervisão da execução dos Planos Diretores (PDM e PDUOS) financiados pelo Programa Paraná Urbano, sendo emitidos pareceres técnicos para cada procedimento licitatório e para cada uma das cinco etapas de cada plano. - Acompanhamento de execução, análises e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual Nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Encontram-se concluídos 110 planos e há 55 ainda em andamento.		X	
			X	
			X	

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Elaboração de Ortocartas Imagem, em escala 1:50.000, cobrindo todo o Estado do Paraná, obtidas através de imagens via satélite.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, Mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa.	- Supervisão dos serviços contratados, tendo sido elaborados os seguintes produtos: - 85 Imagens Brutas; - 326 arquivos Modelo Digital do Terreno (MDTs); - 235 Relatórios de Pontos de Carta; - 91 Relatórios de Pontos de Campo; - 296 Ortocartas-Imagem Preliminares; - 185 Ortocartas-Imagem Finais; - 218 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Preliminares; - 35 Ortocartas-Imagem de Uso do Solo Finais; - 207 Atualizações Preliminares; - 152 Impressões de Ortocartas Imagem; e - 26 Impressões de Mapa de Uso do Solo.		X	

Metas: A = atingida**EA = em andamento****NE = não executadas**

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolvimento de metodologia própria visando à montagem de um Programa de Monitoramento de Indicadores Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Desenvolvimento e implantação de um sistema de ranking municipal que tem por base o cálculo do Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP (média dos Índices de Carência Relativa – ICRs de Educação, Saúde e Desenvolvimento Urbano) e do Índice de Eficiência Fiscal – IEF (relação entre a receita tributária e a renda municipal).	Calculados o Índice de Esforço Fiscal – IEF e o Índice de Oferta de Serviços Públicos – IOSP para todos os municípios do Estado, com base em metodologia previamente definida. Estes índices possibilitam classificar (pela elaboração de um <i>ranking</i>) os municípios em termos de sua capacidade relativa de atender as demandas da população urbana. O primeiro <i>ranking</i> municipal foi elaborado em 2004, com a definição de uma linha de base zero.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Desenvolvimento de metodologia própria visando à montagem de um Programa de Monitoramento de Indicadores Municipais.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	Anualmente o ranking municipal é atualizado com os dados disponibilizados pelos municípios. O ICR de desenvolvimento urbano baseia-se em dados relativos aos índices de cobertura de serviços de iluminação pública, pavimentação de vias urbanas e saneamento. Para possibilitar esse cálculo foram coletados e atualizados mapas contendo a situação dos 399 municípios. Estes mapas foram digitalizados e atualizados pela equipe técnica do PARANACIDADE. Esse processo de atualização anual possibilitará avaliar a situação de cada município e a evolução de seus respectivos indicadores ao longo do tempo.	X		

Metas: A = atingida**EA = em andamento****NE = não executadas**

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Manutenção de Banco de Dados da Dívida Fundada e Balanços de Receita e Despesa dos Municípios.	Atualização de dados de 399 Balanços de Receitas Municipais, 395 Balanços de Despesas Municipais e 395 Balanços da Dívida Fundada, do ano de 2008.	X		
Orientação técnica sobre Tributos Municipais.	Orientação tributária aos municípios: IPTU – 22 ITBI – 18 ISS – 95 Taxas de Serviços Urbanos – 47 Taxas de Poder de Polícia – 31 Contribuição de Melhoria – 343 Custeio da Iluminação Pública - 6	X X X X X X X		
Consultas tributárias de Instituições Oficiais.	Consultas tributárias de instituições oficiais: Tribunal de Contas do Estado do Paraná – 1 Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – 3 Câmaras de Vereadores Municipais – 15	X X X		
Estudos e pareceres tributários.	Elaboração de estudos e pareceres tributários: Desconto Concedido no IPTU e a Renúncia Fiscal; Fatores de Valorização Imobiliária; Índices de Potencialidade Tributária Municipal.	X X X		

Metas: A = atingida**EA = em andamento****NE = não executadas**

Objetivo:

Desenvolvimento e Fortalecimento Municipal.

Ação:

Modernização da gestão pública, consistentes com a missão, diretrizes e objetivos do PARANACIDADE.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Viabilidade Econômica-financeira.	Estudos de viabilidade econômica financeira: Terminal Rodoviário Intermunicipal – 3 Frigorífico de Processamento de Peixes – 1 Pontes em Francisco Beltrão - 8	X X X		
Avaliação Institucional de Projetos.	Avaliação institucional de projetos: Barracões industriais – 117 Terrenos Municipais – 99 Infraestrutura de Barracões Industriais – 117	X X X		
Formação de preço.	Elaboração de estudo relativo a formação de preços em Código Tributário Municipal.	X		
Apostilas para treinamento tributário.	Elaboração, revisão e atualização de apostilas para treinamento tributário: Código Tributário Municipal Contribuição de Melhoria I	X		

Metas: A = atingida**EA = em andamento****NE = não executadas**

Objetivo:

Identificação de capacidade de endividamento dos municípios.

Ação:

Análise das condições econômico-financeiras dos municípios, visando estabelecer suas capacidades individuais de financiamento, com observância aos dispositivos legais vigentes.

Plano Operacional		Situação em 31/12/08		Metas:		
Original	e justificativas	A	EA	NE		
Pré-análise de documentação a ser encaminhada para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente a solicitações para contratação de operações de crédito pelos municípios junto às instituições do sistema financeiro e análise dos balanços para cálculo dos resultados primários.	- Analizadas e encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN documentações para solicitação de contratação de operações de crédito de 255 municípios. - No período foram aprovadas e autorizadas 238 contratações de operação de crédito para 157 municípios, tendo sido indeferidas as solicitações de 17 municípios.	X				
		X				

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio, Análise e Assistência Jurídica a Municípios.

Ação:

Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.	Analizados e emitidos 325 pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	X		
	Registrada elaboração de 933 pareceres jurídicos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do Programa – SAM.	X		
	210 Pareceres Gerais 037 Pareceres em licitações institucionais 288 Pareceres em licitações de infra-estrutura.	X		
Prestar orientação às solicitações de esclarecimentos legais formuladas pelos municípios.	Atendimento a aproximadamente 1.440 consultas jurídicas por parte de municípios e empresas detentoras de contratos de serviços.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:

Elaboração de Editais de Licitação referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infra-estrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	- Elaborados 253 editais de licitação, conforme modelos, na área de Investimentos em Infra-estrutura Básica Municipal, para fornecimento aos municípios referentes aos seguintes projetos: - Apoio ao Pequeno e Micro-produtor – 26 - Apoio Social – 101 - Serviços Urbanos - 2 - Sistemas Viários Urbanos – 124	X X X X		
Elaboração de documentos licitatórios na área de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	Elaborados 29 editais de licitação, conforme modelos, na área de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional para fornecimento aos municípios, referentes ao projeto para elaboração de Planos Diretores Municipais.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em Municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados à recuperação do litoral paranaense.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Realização de processo licitatório e contratação de serviços especializados para a elaboração de projetos específicos. - Acompanhamento da execução e análise para recebimento dos projetos contratados.	- Orla Marítima de Matinhos: - Projeto básico de recuperação do trecho situado entre a Praia Brava e o Balneário Flórida, no município de Matinhos, com o objetivo de executar as seguintes intervenções: recuperação da faixa de praia desde a Praia Brava de Caiobá até as proximidades do Balneário Flórida, por meio de deposição de areia (engordamento); construção de embocadura regularizada no Canal de drenagem do Rio Matinhos, Balneário Albatroz; e construção de três esporões (headlands) na faixa que será recuperada. - Realização de sondagem geotécnica à percussão na orla marítima; serviços topo batimétricos e serviços técnicos especializados para investigação geotécnica, utilizando a tecnologia do Piezocone.	X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em Municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados à recuperação do litoral paranaense.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acompanhamento e supervisão da execução de obras e recebimento de serviços.	- Recuperação da Orla Marítima: Execução de obras para recuperação e regularização do fluxo de canais e rios: - <i>Pontal do Paraná</i> - Limpeza e Desassoreamento do Canal DNOS I; - <i>Matinhos</i> - Recuperação da Foz do Rio Matinhos; - Projeto de Manejo dos Canais Urbanos; - Instalação de Comportas (Rua Apucarana e Av. Paraná); e - Retirada de Interferências dos canais (Rua Juscelino Kubitschek e Av. Paraná).	X		
	Infra-estrutura e urbanização do Município de Antonina: Execução de obras de pavimentação de vias urbanas em sete bairros; a recuperação do pavimento no entorno da Estação Ferroviária e a construção de mureta de proteção (tipo balaustrada) na orla marítima.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em Municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
- Realização de processo licitatório e contratação de serviços especializados para a elaboração de projetos específicos. - Acompanhamento da execução e análise para recebimento dos projetos contratados.	- Projetos desenvolvidos: <i>Centro de Educação Infantil I e II (Projeto Padrão):</i> Projetos complementares e respectivos memoriais descritivos e quantitativos. <i>Unidade de Ensino no Balneário Praia de Leste, no Município de Pontal do Paraná:</i> Projeto de Arquitetura, Paisagismo e Complementares. <i>Mercado do Peixe em Antonina:</i> Projeto de Arquitetura e Complementares. <i>Parques Urbanos Municipais (Projeto Padrão):</i> Projetos de Arquitetura e Paisagístico Padrão para as edificações que abrigarão os equipamentos constituintes do Programa para Parques Urbanos Municipais.	X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Apoio na elaboração e execução de projetos em Municípios.

Ação:

Desenvolvimento de atividades e projetos voltados ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Acompanhamento e supervisão da execução de obras e recebimento de serviços.	- Circuito Cultural do Estado - Equipamentos para os Cines Teatros: - Instalação, operação e manutenção da rede de fibra ótica nos Cine Teatros de Andirá, Arapongas, Apucarana, Castro, Guairá, Lapa, Loanda, Londrina, Morretes, Paranaíba, Ponta Grossa, União da Vitória, na RTVE e no Museu Oscar Niemeyer, para a viabilizar os serviços de transmissão de imagem nos locais integrantes do Circuito Cultural do Estado. - Fornecimento e instalação de Telas Elétricas para os Cine Teatros de Londrina, União da Vitória, Andirá e Morretes.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar análise e aprovação de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais - SFM, relativos às diversas áreas de investimentos.	Analizados e aprovados 309 novos projetos referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. O critério adotado para quantificar os projetos considera que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		
	Desenvolvimento do Setor Municipal <i>Planejamento Urbano:</i> Plano Diretor Municipal - PDM – 30			
	Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais <i>Rede de Cine-Teatros:</i> Cine-Teatros – 11			
	Infraestrutura Básica Municipal <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 120 Ponte – 2 Urbanização / Calçadas – 12	X X X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- <i>Apoio Social:</i> Creche – 9 X Centro Comunitário – 5 X Escola Municipal – 14 X Escola Profissionalizante – 1 X Posto de Saúde – 6 X Equipamento para Hospital – 3 X Equipamento para Centro Cultural - 3 X Centro de Convivência de Idosos – 1 X Unidade de Apoio Escolar – 1 X Equipamentos e Mobiliários para Escola - 1 X - <i>Serviços Urbanos:</i> Iluminação Pública – 2 X			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- <i>Equipamentos Urbanos:</i> Terminal Rodoviário Intermunicipal – 5 X Centro Cultural – 3 X Restauração de Patrimônio Cultural – 1 X Biblioteca Municipal – 1 X Praça – 13 X Parques e Áreas Verdes - 3 X Paço Municipal – 4 X Quadra de Esportes – 3 X Ginásio de Esportes – 13 X Complexo Esportivo – 4 X Campo de Futebol - 2 X Garagem para Equipamentos – 1 X Abrigos de Parada de Ônibus - 2 X Aquisição de Terrenos para Conjunto Habitacional – 6 X - <i>Apoio ao Pequeno e Micro-Produtor:</i> Barracão Industrial II – 17 X Barracão Comercial - 2 X Pavilhão Comercial – 1 X Centro de Desenvolvimento Econômico - 1 X Abatedouro (Matadouro) – 1 X Equipamento de Barracão Industrial – 3 X - <i>Áreas Industriais:</i> Aquisição de Terrenos para Áreas Industriais – 2 X			

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar análise, acompanhamento e medições de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.	Efetuada supervisão e elaborada planilha de medição de 736 ações/obras referentes ao Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.	X		
	Desenvolvimento do Setor Municipal			
	- <i>Planejamento Urbano:</i> Plano Diretor Municipal - PDM – 98 Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal - PDUOS – 6	X X		
	- <i>Fortalecimento Institucional das Associações de Municípios:</i> Fortalecimento Institucional das Associações de Municípios – 1	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	- <i>Base Cartográfica:</i> Elaboração de Ortocartas-Imagem em meio digital, mapa de Uso e Ocupação do Solo, Relatório de Pré-Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público (BHMAP) e Atualização das Cartas Topográficas Planialtimétricas digitais do Mapeamento Sistemático na escala 1:50.000 do Estado do Paraná com suas áreas de divisa – 1 • Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais - <i>Rede de Cine-Teatros:</i> Cine-Teatros – 2 • Infra-estrutura Básica Municipal - <i>Sistemas Viários Urbanos:</i> Pavimentação de Vias Urbanas – 276 Viaduto – 1 Ponte – 3 Urbanização / Calçadas – 19	X		
		X		
		X		
		X		
		X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar acompanhamento e medições de projetos realizados com recursos do Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM, relativos a convênios firmados com municípios nos anos de 2002 a 2008.	Efetuada vistoria e elaborada planilha de medição de 20 projetos referentes Programa Estadual de Obras Municipais – PEOM. As quantidades apresentadas referem-se a projetos em execução e/ou concluídos no período em questão e convencionou-se que cada convênio corresponde a um projeto distinto.	X		
	Convênios firmados em 2002 - Pavimentação de Vias Urbanas – 2 - Centro Social – 1 - Capela Mortuária – 1 - Quadra de Esportes – 2 - Terminal Rodoviário – 1 - Urbanização – 2	X X X X X X		
	Convênios firmados em 2003 - Capela Mortuária – 1	X		
	Convênios firmados em 2005 - Terminal Rodoviário Intermunicipal – 1 - Recapeamento Asfáltico – 3	X X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:

Realizar as análises, medições, acompanhamento e monitoramento de atividades voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
	• Convênios firmados em 2006 Escola Municipal – 1 Centro Social Esportivo – 1 Conclusão de Mini-ginásio de Esportes – 1 Reforma de Terminal Rodoviário Intermunicipal – 1 Pavimentação de Vias Urbanas – 1 Urbanização de Passeios – 1 • Convênios firmados em 2007 Centro Social (conclusão) - 1 • Convênios firmados em 2008 Pavimentação de Vias Urbanas – 1 Revitalização, Reforma e Melhoria de Praça – 1 Reforma de Quadra de Esportes – 1 • No Sistema de Acompanhamento de Projetos Especiais – SACE foram inseridas 37 medições. • Com estas medições foram encerrados 15 convênios. • Foram encaminhadas à Assessoria Jurídica / SEDU 8 solicitações para redução de meta-física de convênios.	X X X X X X X X X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

Objetivo:

Acompanhamento das fases de aplicação dos recursos financiados pelo PARANACIDADE.

Ação:

Realização das medições físicas de projetos financiados e solicitação para liberação de recursos financeiros.

Plano Operacional Original	Situação em 31/12/08 e justificativas	Metas:		
		A	EA	NE
Efetuar medições das várias fases de projetos, obras, bens, máquinas e equipamentos, processar e solicitar os pedidos de liberação de pagamento.	Foram realizadas 2.294 medições, relativas aos 736 projetos elencados previamente, conforme registrado no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM.	X		
	Processados 2.924 solicitações de liberação de pagamento no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento – SAM.	X		

Metas: A = atingida

EA = em andamento

NE = não executadas

VIII - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2008 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

VI - Parecer da Auditoria Externa

Nota:

O PARANACIDADE nos termos do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná, disponibilizará, para conhecimento público, os seus balancetes, balanços e demais documentos comprobatórios da exatidão e do correto cumprimento de sua missão, compromissos e objetivos.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2008

ORÇADO x REALIZADO

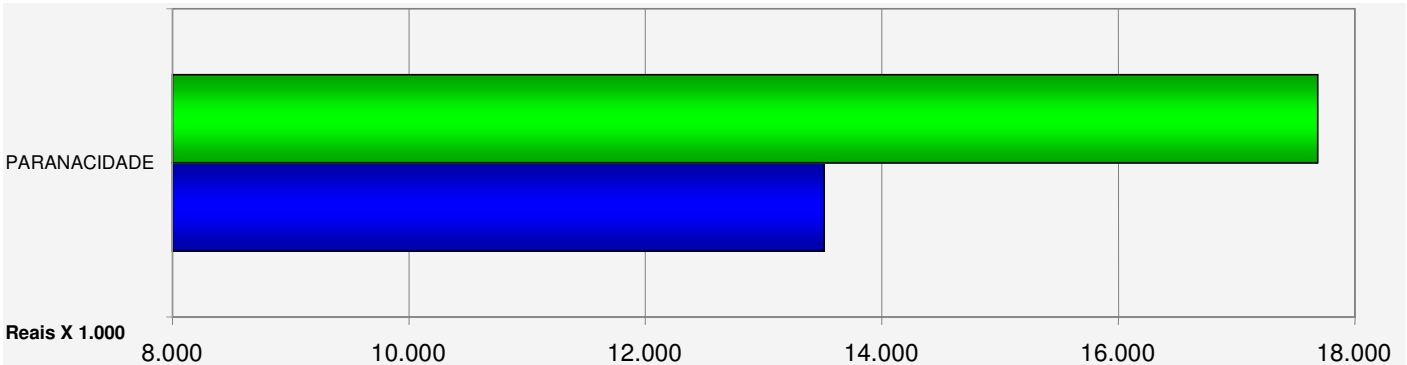
R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	12.043.249	10.659.374	1.383.875	88,51
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	-	3.900.000	1.686.000	2.214.000	43,23
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades (**)	-	-	11.297	-11.297	100,00
- TERMO COOPERAÇÃO TÉCNICA / Agência de Fomento - PROMAP	-	861.757	566.560	295.197	65,74
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	881.041	587.354	293.687	66,67
TOTAL		(*) 17.686.048	13.510.585	4.175.463	76,39

(*) Aprovado na 109ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

(**) Valor não incluso na Proposta Orçamentária 2008.

ORÇADO x REALIZADO



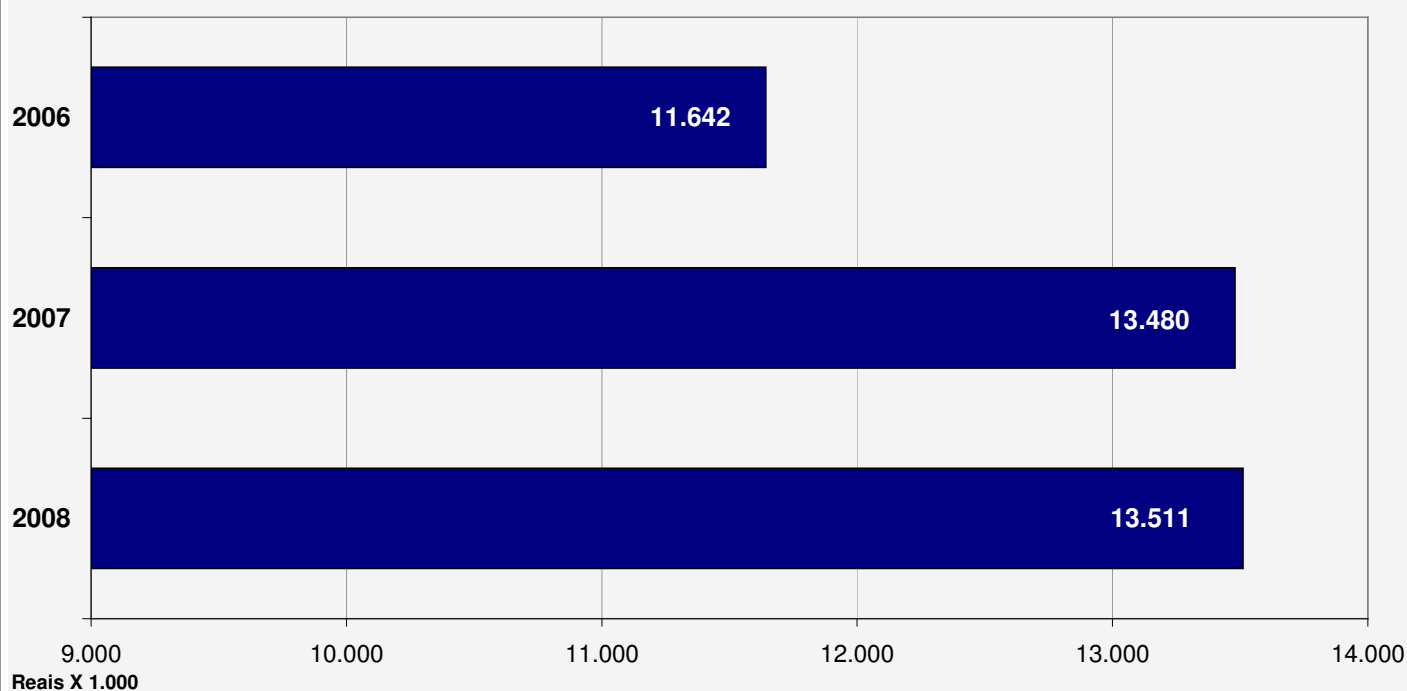
R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2008	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios SESA e SEEC)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	6.161.821	6.948.417
TOTAL	6.161.821	6.948.417

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS**EXERCÍCIOS 2006 - 2007 - 2008**

R\$ 1.00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2006	2007	2008	VARIACÃO	
					%	
					2007 x 2006	2008 x 2007
PARANACIDADE						
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	5.551.807	11.717.844	10.659.374	111,06	-9,03
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	-	5.181.264	537.252	1.686.000	-89,63	213,82
- COOPERAÇÕES TÉCNICAS / AFPR (Promap) e BRDE (Provias)	-	-	305.437	566.560	100,00	85,49
- CONTRATO DE CONSULTORIA / BID - Procidades	-	-	100.116	11.297	100,00	-88,72
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	909.257	819.086	587.354	-9,92	-28,29
TOTAL		11.642.328	13.479.735	13.510.585	15,78	0,23

Total de Entradas de Recursos: 2006 x 2007 x 2008

Evolução das Entradas de Recursos: 2007 x 2006 = 15,78%
 2008 x 2007 = 0,23%

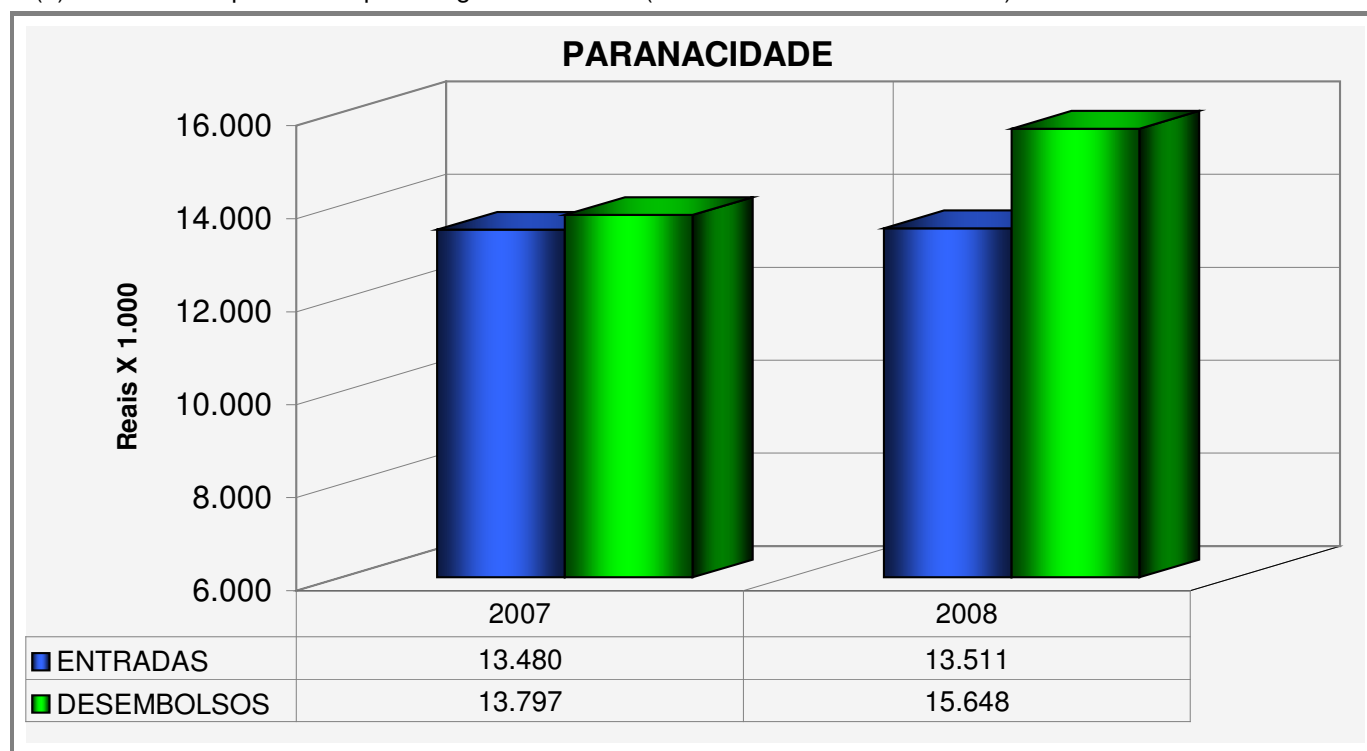
COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2007 e 2008

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIÇÃO % (2008 x 2007)
	2007	2008	
ENTRADAS	13.479.735	13.510.585	0,23
DESEMBOLSOS	13.796.776	15.647.828	13,42
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	(a) -317.042	(a) -2.137.243	574,12

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2007	31/12/2008
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	12.059.629	13.110.238
TOTAL	12.059.629	13.110.238

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2008

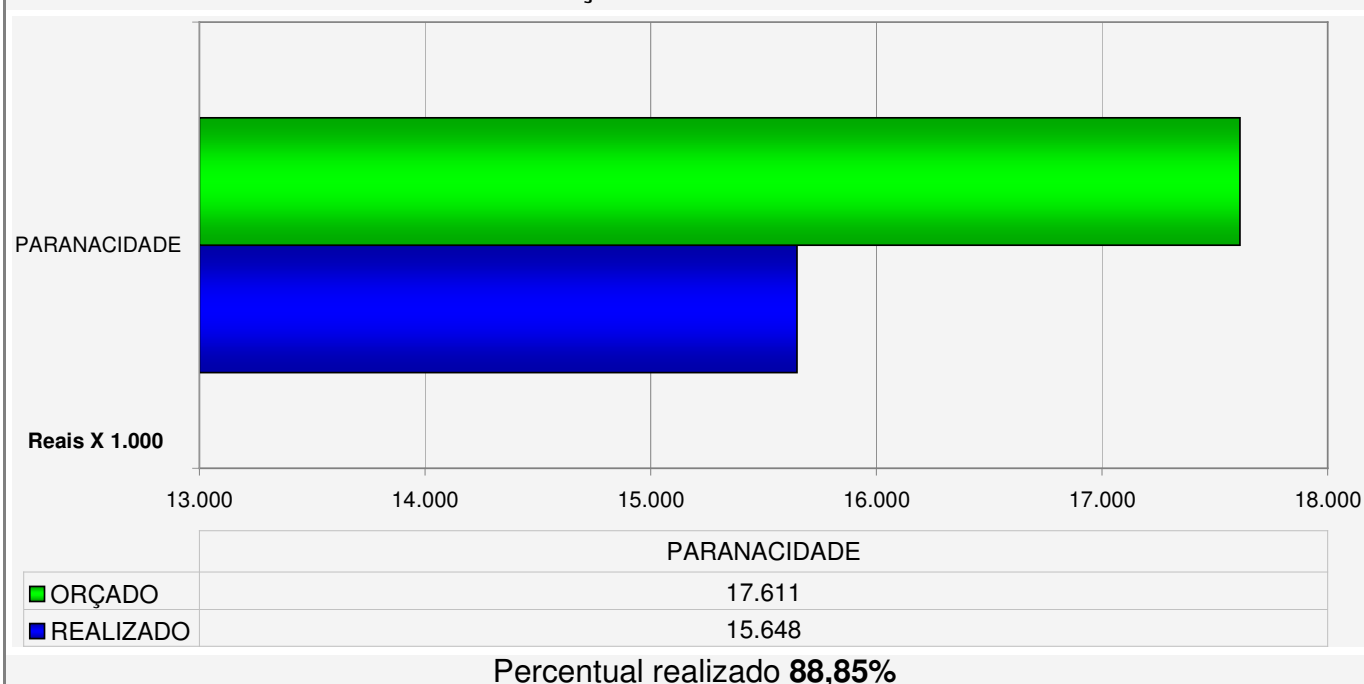
R\$ 1.00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	11.884.349	11.684.261	200.088	98,32
	Custeio	4.722.047	2.877.551	1.844.496	60,94
	Investimento	357.600	546.769	-189.169	152,90
ACORDOS / CONVÊNIOS	Convênio FEMUPAR	647.096	539.246	107.850	83,33
TOTAL - PARANACIDADE		(*) 17.611.092	15.647.828	1.963.264	88,85

(*) Aprovado na 109ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



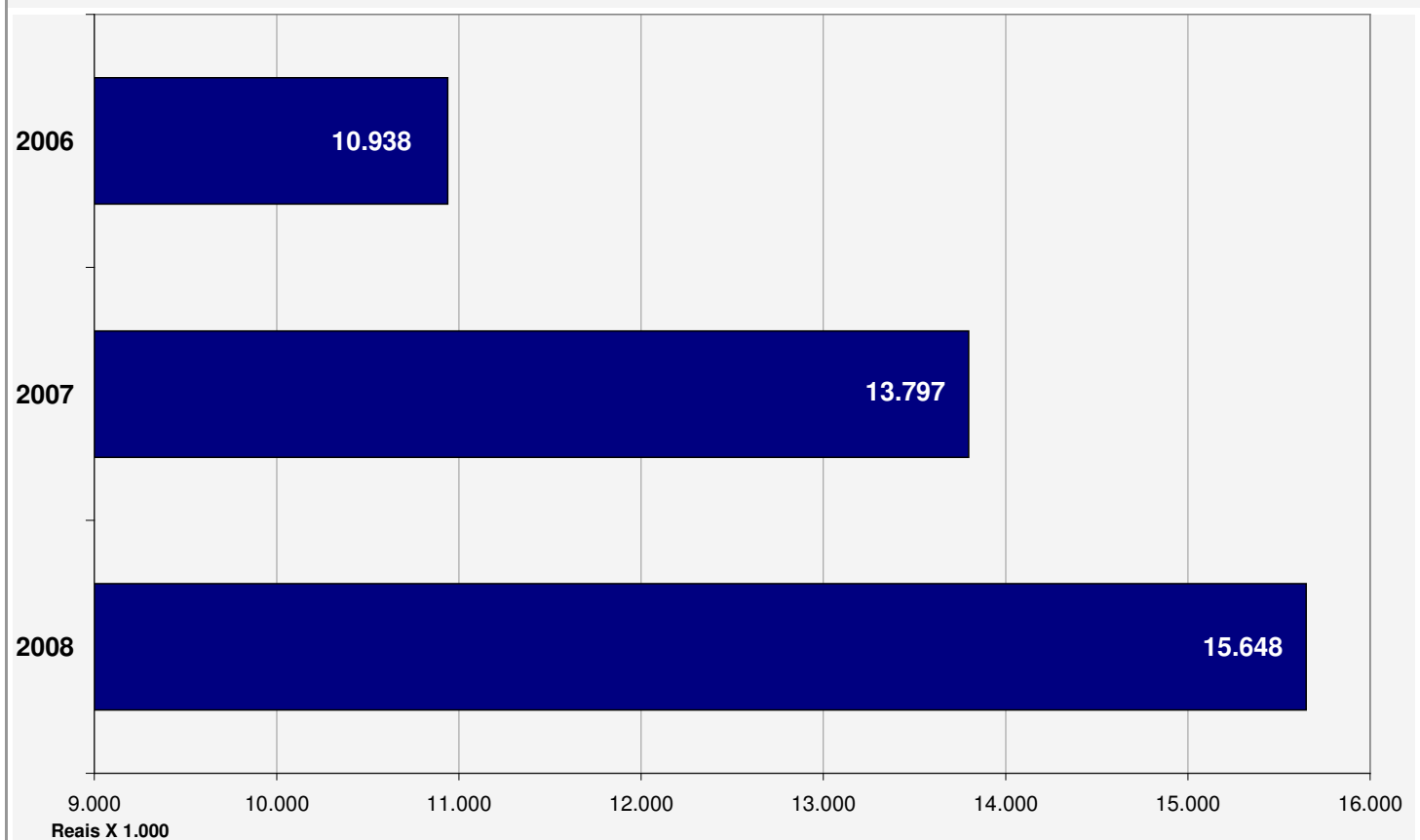
COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2005 - 2006 - 2007

R\$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
PARANACIDADE		2006	2007	2008	2007 X 2006	2008 X 2007
MANUTENÇÃO	Pessoal	8.417.002	9.353.090	11.684.261	11,12	24,92
	Custeio	2.266.274	2.420.756	2.877.551	6,82	18,87
	Investimento	254.490	1.018.946	546.769	300,39	-46,34
SUBTOTAL		10.937.765	12.792.793	15.108.581	16,96	18,10
ACORDOS / CONVÊNIOS	Convênio FEMUPAR	-	1.003.984	539.246	100,00	-46,29
SUBTOTAL		-	1.003.984	539.246	100,00	-46,29
TOTAL - PARANACIDADE		10.937.765	13.796.776	15.647.828	26,14	13,42

Desembolsos Realizados: 2006 x 2007 x 2008



Evolução nos Desembolsos: 2007 x 2006 = 26,14%
2008 x 2007 = 13,42%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
FDU**

COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO EXERCÍCIO 2008

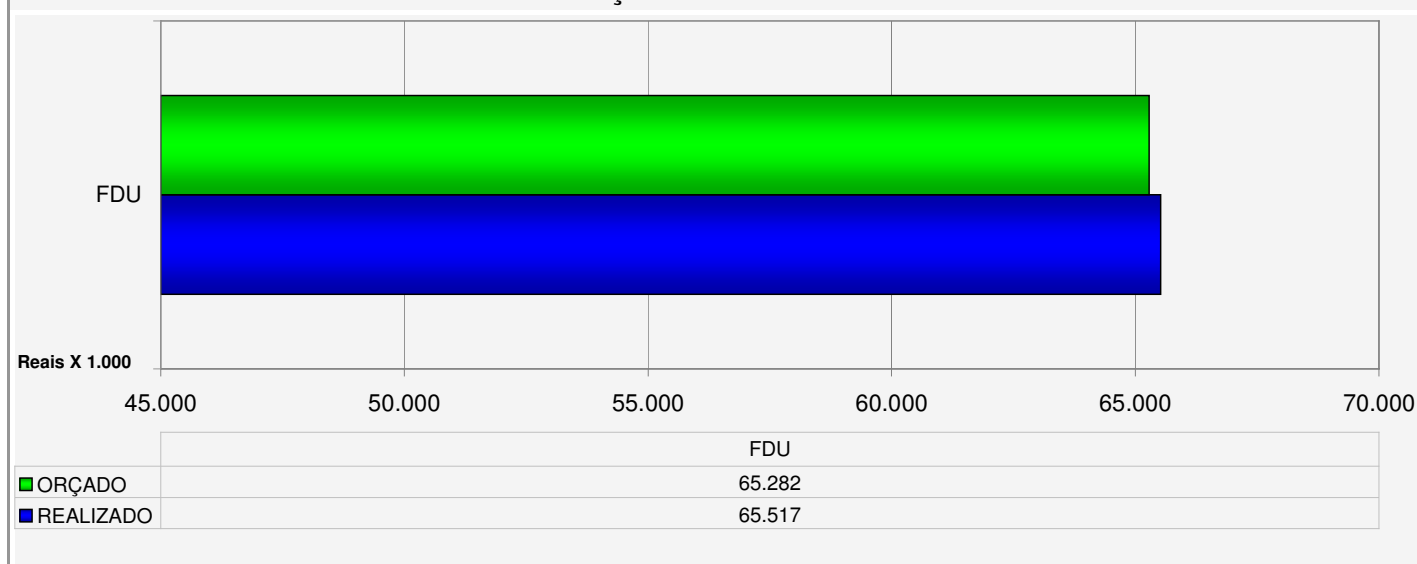
ORÇADO x REALIZADO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU					
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	37.794.204	37.854.298	-60.094	100,16
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	27.487.845	27.662.768	-174.923	100,64
TOTAL		(*) 65.282.049	65.517.066	-235.017	100,36

(*) Aprovado na 109ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2008
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS	
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	264.838.946
RECURSOS A RECEBER	
⇒ CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
- Programa Paraná Urbano - PPU	389.028
- Programa Paraná Urbano II - PPU II - Sanepar e Cohapar	53.580.222
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU Puro	10.504.999
TOTAL	329.313.196

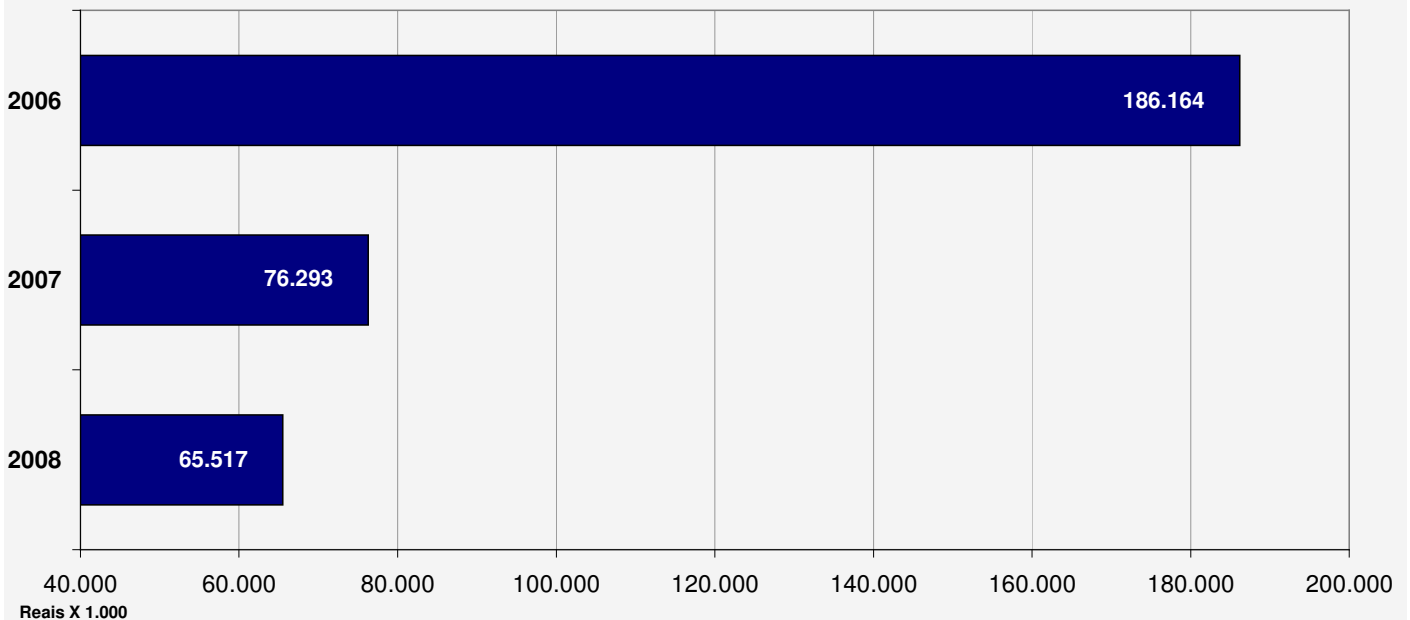
COMPARATIVO DAS ENTRADAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2006 - 2007 - 2008

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2006	2007	2008	VARIACAO	
					%	
					2007 x 2006	2008 x 2007
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- Empréstimo / Operação de Crédito externo vinculado ao Programa Paraná Urbano II - BID	37	77.678.310	-	-	-100,00	-
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU e FDU	41	70.072.482	49.915.051	37.854.298	-28,77	-24,16
- Convênio Exterior / Transporte Urbano / Doação BID	33	915.300	454.895	-	-50,30	-100,00
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	37.497.781	25.923.435	27.662.768	-30,87	6,71
TOTAL		186.163.873	76.293.380	65.517.066	-59,02	-14,12

Total de Entradas de Recursos: 2006 x 2007 x 2008



Evolução das Entradas de Recursos: 2007 x 2006 = - 59,02%
2008 x 2007 = - 14,12%

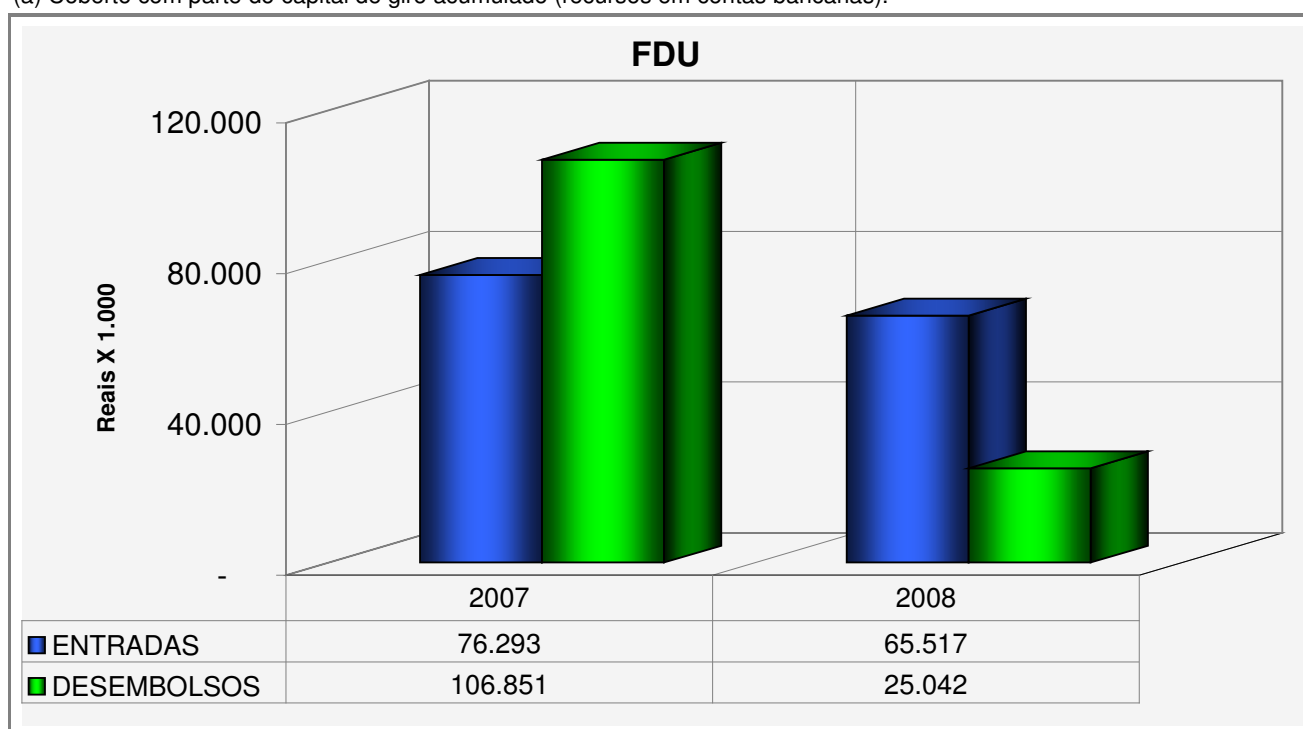
COMPARATIVO ENTRADAS DE RECURSOS X DESEMBOLSOS

REALIZADOS em 2007 e 2008

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	FDU		VARIÇÃO % (2008 x 2007)
	2007	2008	
ENTRADAS	76.293.380	65.517.066	-14,12
DESEMBOLSOS	106.851.294	25.042.347	-76,56
DIFERENÇAS (Entradas - Desembolsos)	(a) -30.557.914	40.474.719	-232,45

(a) Coberto com parte do capital de giro acumulado (recursos em contas bancárias).



R\$ 1.00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2007	31/12/2008
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇒ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	224.412.563	264.838.946
TOTAL	224.412.563	264.838.946

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2008

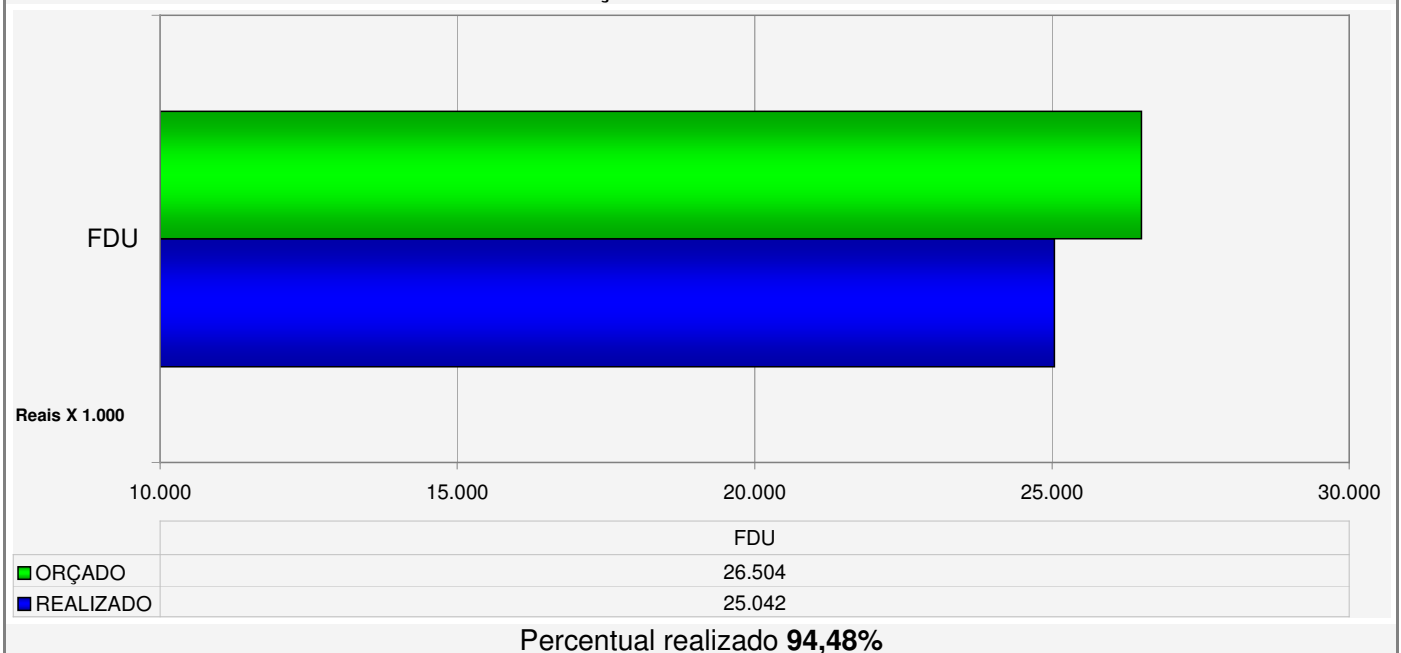
R\$ 1.00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU				ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	PPU II	Sanepar	239.023	672.555	-433.532	281,38
			Valorização Cultural	15.709	15.709	-	100,00
			Melhoria de Bairros Subnormais (Urbanização de Favelas)	514.846	514.846	-	100,00
			SUBTOTAL	769.577	1.203.110	-433.532	156,33
		Ações de Apoio a Execução do PPU II	Elaboração de Ortocarta-Imagem, Mapa de Uso e Ocupação do Solo e atualização das cartas topográficas digitais existentes no Estado do Paraná	768.703	768.703	-	100,00
			SUBTOTAL	768.703	768.703	-	100,00
		PAGAMENTO EMPRÉSTIMO BID / PPU II		7.958.746	7.958.746	-	100,00
		Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE		3.900.000	1.686.000	2.214.000	43,23
		Renda Líquida = Quadras Cobertas / Posto de Bombeiro Comunitário / Biblioteca Cidadã / Drenagem Piraquira / Planos Diretores e Outros Desembolsos		10.476.164	10.991.535	-515.372	104,92
		Renda Líquida = Antonina urbanização, pavimentação e infra-estrutura		1.671.486	1.418.744	252.742	84,88
		Renda Líquida = Revitalização da Orla Marítima		959.756	1.015.508	-55.753	105,81
		SUBTOTAL		24.966.152	23.070.534	1.895.618	92,41
TOTAL - FDU				(*) 26.504.432	25.042.347	1.462.085	94,48

(*) Aprovado na 109ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

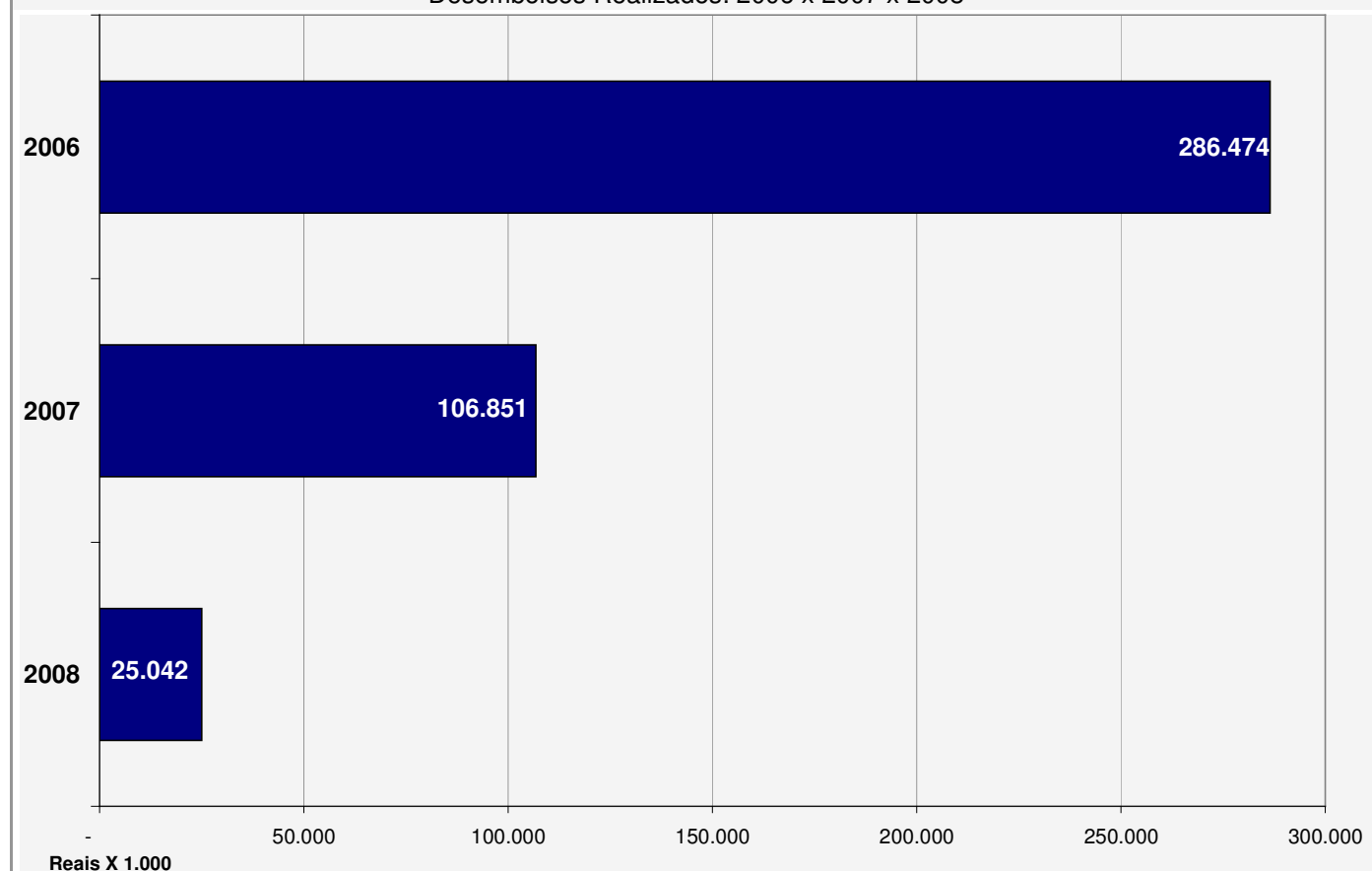
ORÇADO x REALIZADO



COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS
EXERCÍCIOS 2006 - 2007 - 2008

APLICAÇÕES / AÇÕES FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU		Valores Nominais			Variação %	
		2006	2007	2008	R\$ 1.00	
					2007 X 2006	2008 X 2007
	Municípios	404.219	-	-	-100,00	-
	Sanepar	36.992.060	3.438.778	672.555	-90,70	-80,44
	Ações de Apoio - PPU II	5.827.848	496.605	768.703	-91,48	54,79
	Agência de Fomento (Municípios)	210.000.000	50.000.000	-	-76,19	-100,00
	Valorização Cultural	9.324.108	874.925	15.709	-90,62	-98,20
PROJETOS	Fortalecimento Associações	707.890	-	-	-100,00	-
	Transporte Urbano	927.412	104.001	-	-88,79	-100,00
	Contrato de Gestão - Paranacidade	5.181.264	537.252	1.686.000	-89,63	213,82
	Melhoria de Bairros Subnormais	10.472.344	5.996.503	514.846	-42,74	-91,41
	Outros Desembolsos	6.636.600	35.573.543	13.425.788	436,02	-62,26
	Pagamento Empréstimo BID	-	9.829.686	7.958.746	100,00	-19,03
TOTAL - FDU		286.473.744	106.851.294	25.042.347	-62,70	-76,56

Desembolsos Realizados: 2006 x 2007 x 2008



Evolução nos Desembolsos: 2007 x 2006 = -62,70%
2008 x 2007 = -76,56%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

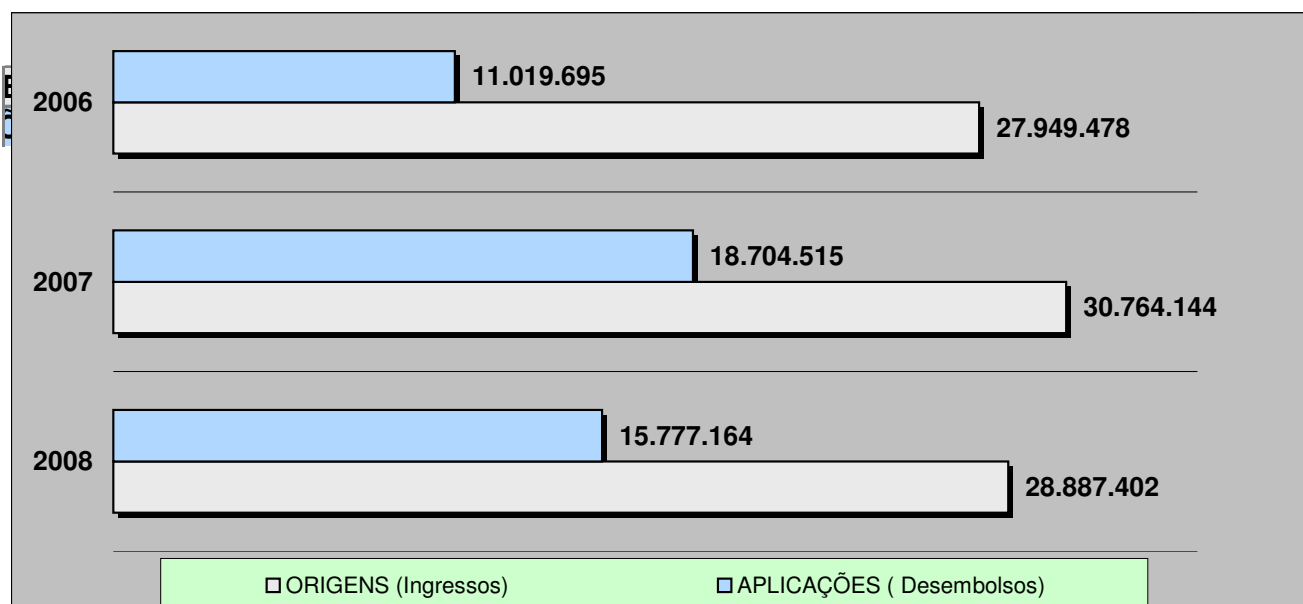
- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS
FLUXOS DE CAIXA**

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2008 X 2007 X 2006

Em R\$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	2008	2007	2006
ORIGENS (Ingressos)	28.887.402	30.764.144	27.949.478
. Saldo ano anterior	12.059.629	16.929.783	8.045.184
. Recursos manutenção (C.Gestão)	1.686.000	537.252	5.181.263
. Rendas de aplicações financeiras	570.825	816.381	866.693
. Agência de Fomento - SFM/PPU	10.659.374	11.655.693	5.551.807
. Agência de Fomento - PROMAP	566.560	199.491	
. Vendas de produtos/serviços	16.529	69.673	21.065
. Convênio SESA-ISEP	2.287.690		8.261.967
. Convênio SESA-HRPG	884.793	328.932	
. Convênio Centro Cultural Irati	26.529		
. Cooperação técnica - BRDE		105.946	
. Consultoria Procidades - BID	11.297	100.112	
. Recuperação Sinistro - Veículos	64.598		21.499
. Execução Carta-Fiança	39.204		
. Caução Garantia	14.374	20.881	
APLICAÇÕES (Desembolsos)	15.777.164	18.704.515	11.019.695
. Despesas de pessoal	11.684.261	9.353.090	8.417.002
. Despesas de custeio	3.006.888	2.502.797	2.345.628
. Investimentos	546.769	1.018.946	254.490
. Femupar	539.246	1.003.884	
. Convênio SESA-ISEP		4.825.798	
. Caução Garantia			2.578
SALDO	13.110.238	12.059.629	16.929.783

Nota : Regime de Caixa.

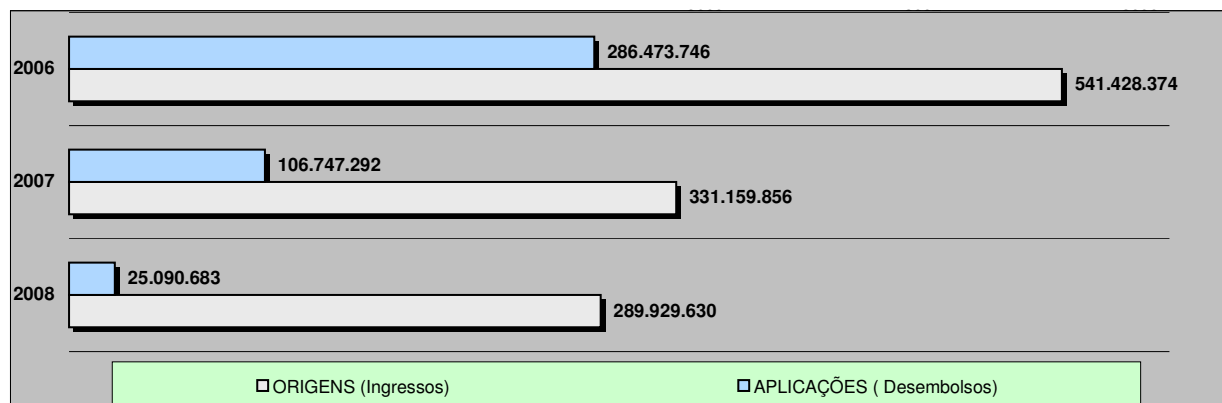


DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2008 X 2007 X 2006

Em R\$ 1,00

CONTAS FDU/BID			
AÇÕES OPERACIONAIS	2008	2007	2006
ORIGENS (Ingressos)	289.929.630	331.159.856	541.428.374
. Saldo ano anterior	224.412.564	254.954.632	355.244.180
. Empréstimos e Financiamentos	-	-	77.678.310
. Retorno do PPU	4.958.873	13.449.994	33.813.400
. Retorno do FDU	14.636.585	19.436.258	25.342.013
. Retorno do PPU II / SFM	18.258.840	17.028.799	10.917.069
. Rendas de aplicações financeiras	27.629.742	25.923.421	36.274.830
. Cooperação Técnica - Fundo Japonês		350.894	915.300
. Outros Ingressos		-	-
. Outras Receitas	33.026	-	1.222.951
. Caução de garantia		15.858	20.321
APLICAÇÕES (Desembolsos)	25.090.683	106.747.292	286.473.746
. Integralização Capital Agência Fomento		50.000.000	210.000.000
. Quadras cobertas / Postos Bombeiros	10.991.535	35.573.543	6.636.600
. Encargos e amortização empréstimo BID	7.958.746	9.829.686	-
. Municípios		-	404.219
. Projetos Padrão		-	835.898
. Sanepar	672.555	3.438.778	36.992.061
. Urbanização de favelas	514.846	5.996.503	10.472.343
. Programa de Valorização Cultural	15.709	874.925	9.324.109
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	1.686.000	537.252	5.181.263
. Qualificação Gestão Municipal		-	120.000
. Projeto fortalecimento associações		-	707.890
. Fundo Japonês - assist. transporte		-	927.413
. Publicidade		-	2.052.152
. Planos Desenvolvidos Regionais		-	1.634.079
. Ortocharta - imagem	768.703	496.605	1.084.265
. Estudos e Análises de projetos		-	101.454
. Revitalização orla marítima	1.015.508		
. Pavimentação Antonina	1.418.745		
. Caução de garantia	48.336	-	-
SALDO	264.838.947	224.412.564	254.954.628

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007					
Em R\$ mil					
ATIVO			PASSIVO		
	2008	2007		2008	2007
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	17.505	14.973	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	8.968	5.573
Caixa e Bancos	32	88	Fornecedores	524	457
Aplicações financeiras (nota 4)	13.078	11.971	Salários e Encargos Sociais	335	299
Contrato Gestão - FDU (nota 5)	3.900	1.686	Obrigações Sociais e Fiscais	123	198
Contas a Receber AFPR S/A	171	403	Provisão para Férias e Encargos	1.237	1.049
ISS s/faturas AFPR S/A		562	Convênio de Cooperação Técnica (nota 8)	6.612	3.532
Pref.Municipal Piraquara	18	34	Outras contas a pagar	137	38
Almoxarifado	130	110			
Adiantam. a empregados	97	90			
Outros créditos	80	28			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.190	2.240	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	83	83
PERMANENTE	2.190	2.240	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	83	83
Imobilizado (nota 6)	2.190	2.240	Provisão para contingências (nota 9)	83	83
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)	10.644	11.556
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits Acumulados	6.077	6.990
TOTAL DO ATIVO	19.695	17.213	TOTAL DO PASSIVO	19.695	17.213
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 73290/O-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007			
	Em R\$ mil		
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVITS (DÉFICITS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704
Superávit do exercício		852	852
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.989	11.556
Superávit do exercício		(913)	(913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	4.566	6.076	10.643
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 73290/O-2
CPF 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007		
	2008	Em R\$ mil 2007
RECEITAS OPERACIONAIS	18.639	14.685
Contrato de Gestão (nota 1.a)	3.900	2.223
Receitas de Ato Conjunto (nota explicativa 1.b)	14.048	11.258
Receitas Financeiras	579	816
Receitas Cooperação técnica	37	345
Outras Receitas	74	43
DESPESAS OPERACIONAIS	(19.552)	(13.832)
Despesas com Pessoal (nota 9)	(11.873)	(9.717)
Despesas Gerais (nota 10)	(2.164)	(2.450)
Utilidades e Serviços Contratados (nota 11)	(1.589)	(1.317)
Despesas Tributárias	(3.926)	(349)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(913)	853
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 73290/O-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007		
	Em R\$ mil	
	2008	2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(913)	852
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação e amortização	461	408
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de Gestão	(2.214)	(1.686)
Contas a receber - AFPR	233	1.252
ISS s/faturas - AFPR	562	(562)
Prefeitura Municipal de Piraquara	16	40
Estoques	(20)	(66)
Adiantamento a empregados	(7)	(13)
Outros créditos	(52)	67
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Fornecedores	67	61
Salários e encargos sociais	64	68
Obrigações sociais e fiscais	(75)	115
Provisão de férias e encargos	188	144
Provisão para contingências	52	
Outras contas a pagar	19	7
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	(1.619)	687
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(411)	(1.036)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(411)	(1.036)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	3.081	(4.522)
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas ativid. de financiamentos	3.081	(4.522)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.051	(4.871)
No início do exercício	12.059	16.930
No final do exercício	13.110	12.059
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7.329/0-2
CPF : 005.186.979-91

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração

Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

(a) A remuneração do Paranacidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a administração decidir pro apropriar-se de de 8% das liberações à Sanepar e esse procedimento foi estendido também a Cohapar, no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2008 o Paranacidade, reconheceu como receita o montante de R\$ 3.900 (R\$ 1.686 em 2007) a título do Contrato de Gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, com previsão de recebimento durante o exercício de 2009

- c. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranacidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2008, a Entidade recebeu R\$ 10.659, valores líquidos após a retenção de 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF Contribuições Sociais a Receita Federal (2007 – R\$ 11.656) por conta desse Ato Conjunto.

- d. Termo Cooperação Técnico - Operacional - o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2008, a Entidade recebeu R\$ 567, valores líquidos com a retenção de 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF Contribuições Sociais a Receita Federal (2007 – R\$ 199), por conta desse Termo.

(d) Contrato de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2008, a Entidade recebeu R\$ 39, (2007 – R\$ 100) por conta desse Contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com a Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em consonância às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, tendo como principal impacto nas respectivas (especificamente do FDU), a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. As demais alterações não produziram efeitos relevantes para retificação de saldos e notas explicativas

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Os demais ativos circulante e a longo prazo, estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

(b) Ativo Permanente**Imobilizado**

É apresentado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 6. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao impairment test.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao impairment test.

(c) Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo, são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

(d) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

(e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo Paranacidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

(f) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2008	2007
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Liquidez imediata	13.078	11.971
FIF – Fundo de investimento financeiro					

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU

No exercício de 2008 o Paranacidade, reconheceu como receita o montante de R\$ 3.900 (R\$ 1.686 em 2007) a título do Contrato de Gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, com previsão de recebimento durante o exercício de 2009

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição	2008	2007
Contas a receber AFPR S/A	170	403
ISS s/faturas AFPR S/A	1.498	562
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	(1.498)	
	170	965

O montante de R\$ 1.498 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela AFPR S/A ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. ATIVO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação %	2008	2007
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	649
Computadores e equipamentos de informática	20	1.035	782
Móveis e utensílios	10	762	755
Veículos	20	1.403	1.572
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	Até 10	<u>58</u>	<u>150</u>
		4.207	4.207
(-) Depreciação acumulada		<u>(2.208)</u>	<u>(2.060)</u>
		<u>1.999</u>	<u>2.147</u>

8. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa anual de amortização %	2008	2007
Softwares	20	471	471
Sistema de Telefonia e Telemática	20	1.229	1.095
		1.700	1.566

(-) Amortização acumulada	<u>(1.509)</u>	<u>(1.473)</u>
	<u>191</u>	<u>93</u>

Os intangíveis não apresentam indícios de amortização acelerada. Para tanto, os saldos foram submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (impairment test).

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do **PROJETO DO CENTRO DE SAÚDE BÁSICO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À MULHER E A CRIANÇA**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/ISEP	19.200	1.559	(15.001)	(384)	5.374

B) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de **HOSPITAL REGIONAL** no município de **Ponta Grossa**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SESA/HRPG	9.000	170	(7.894)	(64)	1.212

C) SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA Convênio nº 002/2007.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SEDU/Panacidade, a SEPL, a SEEC e o Município de Irati, para construção do Centro Cultural Denise Stocklos

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Serviços Contratados	Despesas Bancárias.	Saldo
SEDU	503	1	(477)	(1)	26

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingência foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com estes processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066 de 21 de dezembro de 2005.

	2008	2007
Processos Trabalhistas	154	102
Processos cíveis	<u>36</u>	<u>36</u>
	190	138
(-) Depósitos judiciais	<u>(55)</u>	<u>(55)</u>

	135	83
--	-----	----

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

12. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2008	2007
Salários e Gratificações	6.391	5.364
Encargos sociais	2.933	2.498
Assistência médica e social	327	275
Outras despesas com pessoal	<u>2.222</u>	<u>1.580</u>
	11.873	9.717

13. DESPESAS GERAIS

Descrição	2008	2007
Depreciações e amortizações	461	408
Acordos e convênios	616	1.068
Aluguéis	239	246
Material de consumo	336	257
Viagens e representações	206	196
Combustível	186	171
Outras	<u>123</u>	<u>103</u>
	2.167	2.449

14. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2008	2007
Telefone e fax	194	182
Serviços de informática	137	161
Propaganda e publicidade	207	78
Higiene e limpeza	232	214
Feiras e eventos		137
Correios	38	35
Manutenção e reparos	205	125
Engenharis	266	
Consultorias	4	51
Auditoria	36	25
Elaboração de projetos	90	133
Outras despesas	<u>180</u>	<u>175</u>
	1.589	1.316

15. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranaidade é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados

A administração tem ciência que existem aspectos controversos e inconclusivos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16 SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranaidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais,

visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Saldo de mercado
Disponibilidade	32	32
Aplicações financeiras	13.078	13.078
Fornecedores	(524)	(457)
Convênio Coop. Técnica	(6.613)	(3.532)

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2008, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

18. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449

Foi publicada em 03 de dezembro de 2008 pela RFB – Receita Federal do Brasil a MP 449 que, substancialmente ratifica a inexistência de efeitos fiscais sobre as alterações decorrentes da Lei nº 11.638, bem como cria a RTT- Regime Tributário Transitório. A referida medida provisória depende de aprovação no Congresso Nacional.

19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	2008	2007
Superávit (déficit) do exercício	(913)	(852)
(+) depreciação/amortização	461	408
(+) resultado financeiro líquido	579	816
LAJIDA (EBTIDA)*	127	2.076

*LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

*EBTIDA – Earning before interest, tax, depreciation and amortizaion.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007					
			Em R\$ mil		
ATIVO			PASSIVO		
	2008	2007		2008	2007
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	294.014	259.924	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	32.228	19.444
Caixa e Bancos	-	-	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	27.900	16.348
Aplicações financeiras (nota 4)	264.839	224.412	Fornecedores	4.283	3.023
Financiamentos concedidos (nota 5)	23.148	29.411	Outras contas a pagar	45	73
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	6.000	6.000			
Contas a Receber	28	101			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	45.605	67.525	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	200.483	156.109
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos concedidos (nota 5)	41.308	63.227	Provisões para contingências	217	431
Recursos a receber da Secret. de Estado da Fazenda (nota 6)	4.298	4.298	Empréstimos e Financiamentos (nota 7)	200.266	155.678
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)	106.909	151.896
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	2.397
			Superávit Acumulados	27.089	83.679
			Reserva conforme Decreto 5927-23/12/05	77.423	65.820
TOTAL DO ATIVO	339.620	327.449	TOTAL DO PASSIVO	339.620	327.449
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
 (Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007				
	Em R\$ mil			
	RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	RESERVA CONFRME DECRETO 5927- 23/12/05	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	52.397	55.962	57.995	166.354
Redução de capital por transferência de recursos à Agência de Fomento do Paraná S/A (nota 8)	(50.000)			(50.000)
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(7.825)	7.825	
Superávit do exercício		35.541		35.541
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.397	# 83.679	65.820	151.896
Constituição de reserva Decreto nº 5927-23/12/05		(11.603)	11.603	
Déficit do exercício		(44.987)		(44.987)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.397	# 27.089	77.423	106.909
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
 Diretor de Administração e Finanças
 Contador CRC-PR 73290/O-2
 CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007		
	2008	Em R\$ mil 2007
RECEITAS OPERACIONAIS	36.144	83.334
Receitas Financeiras		
Financiamentos Concedidos	8.416	11.418
Aplicações Financeiras	27.630	25.923
Despesa/receita de variação cambial	-	45.537
Outras Receitas	98	455
DESPESAS OPERACIONAIS	(81.131)	(47.792)
Contrato de Gestão	(3.900)	(2.223)
Despesas/Receitas Financeiras com Empréstimos e Financiamentos	(7.429)	(7.897)
Serviços Contratados	(391)	(658)
Despesas Gerais (nota 9)	(12.739)	(36.473)
Despesas / Fundo perdido	-	(526)
Outras Despesas	(2)	(15)
Despesa/receita de variação cambial	(56.670)	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(44.987)	35.541
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 73290/O-2
CPF 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007			
		Em R\$ mil	
	2008	2007	#
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) do exercício	(44.987)	35.541	
Aumento dos ativos operacionais			
Empréstimo e subempréstimo concedidos	28.183	29.201	
Contas a receber	73	386	
Aumento dos ativos operacionais			
Empréstimos e financiamentos	56.140	(47.469)	
Fornecedores	1.260	1.777	
Outras contas a pagar	(28)	21	
Provisão para contingências	(214)		
Redução do capital social		(50.000)	
	<u>40.427</u>	<u>(30.543)</u>	
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	<u>40.427</u>	<u>(30.543)</u>	
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>40.427</u>	<u>(30.543)</u>	
No início do exercício	224.412	254.955	
No final do exercício	<u>264.839</u>	<u>224.412</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Luiz Forte Netto
 Superintendente
 CPF : 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
 Diretor de Administração e Finanças
 Contador CRC-PR 7.329/0-2
 CPF : 005.186.979-91

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de

dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com o advento, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi impedido de conceder diretamente aos municípios novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em consonância às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, tendo como principal impacto nas respectivas (especificamente do FDU), a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. As demais alterações não produziram efeitos relevantes para retificação de saldos e notas explicativas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

b) Passivos Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido

c) Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

(d) Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4.● APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Produto</u>	<u>Taxa mensal de remuneração</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Banco do Brasil	CDB-PÓS	Variável	Setembro/10		53.220
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez imediata	99.767	39.523

CEF	FIF	Variável	Liquidez imediata	<u>164.923</u>	<u>131.669</u>
				264.690	224.412

CDB – Certificado de depósito bancário
FIF – Fundo de investimento financeiro

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

<u>Programa</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
PPU	TR mais 8,85%	383	5.163
FDU	TR mais 8,85%	10.493	23.443
PPU II / SFM	TR mais 8,85% e TJLP mais 14,75%	53.580	64.032
Totais		<u>64.456</u>	<u>92.638</u>
Ativo circulante		23.148	29.411
Realizável a longo prazo		41.308	63.227
TR – Taxa Referencial de Juros			
TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo			

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 05 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2008 será recebido como segue:

2010	18.088
2011	16.835
2012 a 2014	<u>29.533</u>
Total	64.456

6. RECURSOS A RECEBER DA SECR. DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício nº 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes

daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC/BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei-Pr nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S/A.

O FDU mantém registrada a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno ao Fundo de recursos da Agência de Fomento.

Tal processo está sendo conduzido pela Administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas visando o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 100.000 mil, originaram variação cambial passiva, no exercício de 2008, no montante de R\$ 56.670 (2007 – R\$ 45.537), que se encontra refletida nas Demonstrações Financeiras.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional.

As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização iniciou-se em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos e do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997 e do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2007, o valor de R\$ 567.000 de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2008, foi destinado recurso, na forma estabelecida referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31/12/2007, no montante de R\$ 11.603 (fonte de recursos FDU/Renda Líquida).

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2008	2007
Fonte Renda Líquida (Decr. 5927-23/12/05)		12.744	35.760
	Quadras Esportivas	4.919	27.487
	Biblioteca Cidadã	381	3.558
	Obras Rec.Ambiental	768	2.049
	Escolas / C. Cultural	3.794	1.674
	Bombeiro Comunitário	180	628
	Recup. Orla Marítima	2.563	
	Outros	139	364
Progr.Valor. Cultural			324
RTVE	Convênios nºs: 001/2003/SEDU/PVC 001/2005/SEDU/PVC		295
Cine Império	Convênio nº: 003/2003/SEDU/PVC	6	73
	Outros	<u>9</u>	<u>1.585</u>
		12.759	36.473

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de mercado estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Saldo de mercado
Aplicações Financeiras	264.690	264.690
Empréstimos e Subempréstimos concedidos	64.456	64.456
Fornecedores	(4.283)	(4.283)
Empréstimos e Financiamentos	(226.166)	(226.166)

b) Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.08 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2008 - USD	2007 - USD
Empréstimos e financiamentos	<u>92.683</u>	<u>95.122</u>
Exposição cambial líquida	<u>92.683</u>	<u>95.122</u>

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2008, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

11. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449

Foi publicada em 03 de dezembro de 2008 pela RFB – Receita Federal do Brasil a MP 449 que, substancialmente ratifica a inexistência de efeitos fiscais sobre as alterações decorrentes da Lei nº 11.638, bem como cria a RTT- Regime Tributário Transitório. A referida medida provisória depende de aprovação no Congresso Nacional.

Luiz Forte Netto
Superintendente
CPF 000.299.809-25

Antonio Aldemir Toledo da Silva
Diretor de Administração e Finanças
Contador CRC-PR 7329/0-2
CPF 005.186.979-91

QUADRO DE RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**EXERCÍCIOS DE 2008, 2007 E 2006**

DESCRIÇÃO	Em Reais mil			Variação em %	
	2008	2007	2006	2008 x 2007	2007 x 2006
RECEITAS (Financeiras/juros, correções monetárias e variação cambial/outras)	54.783	52.482	80.487	4	-35
DESPESAS (BID/Base Cartográfica/Bombeiros/Quadras/Manutenção/Fdo Perdido/Tributárias)	100.683	16.088	53.725	526	-70
. Juros e comissões de crédito do Empréstimo BID	7.429	7.897	8.188	-6	-4
. Base Cartográfica, Valorização Cultural, Manutenção, Fdo Perdido (proj.sociais) e Tributárias	93.253	8.190	45.537	1039	-82
SUPERÁVIT (DÉFICIT)	-45.900	36.394	26.762	126	36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital + Superávit(Déficit))	117.554	163.454	177.060	-28	-8
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A	-	50.000	210.000	-100	
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (Contratos antigos)	1.187	8.909	42.628	-87	-79
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - SALDO A RECEBER (Retorno futuro)	64.456	92.638	121.839	-30	-24
EMPRÉSTIMOS/SUBEMPRÉSTIMOS - RETORNO EFETIVO	37.830	49.915	70.072	-24	-29
EMPRÉSTIMO BID - LIBERAÇÕES DE RECURSOS			77.678		
EMPRÉSTIMO BID - AMORTIZAÇÃO, ENCARGOS E JUROS PAGOS	7.959	9.830	17.913	-19	-45
EMPRÉSTIMO BID - SALDO A PAGAR	216.600	172.026	219.495	26	-22
RECURSOS A RECEBER E RETIDOS JUNTO À SEFA	10.298	10.298	10.298	0	0
	QUOCIENTES				
SITUAÇÃO FINANCEIRA (Liquidez Geral = Ativo Real/Passivo Real)	1,48	1,89	1,76	-22	7
GRAU DE ENDIVIDAMENTO (Capital de terceiros s/próprios = Passivo Real/PL)	1,479	1,426	1,537	4	-7
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Rentabilidade = Superávit(Déficit)/PL)	-0,281	0,286	0,179	98	159,78

Notas:

- . Ativo Real : Ativos circulante + Realizável a longo prazo
- . Passivo Real : Passivos circulante + Exigível a longo prazo
- . PL : Patrimônio Líquido

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE
2007, E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

BDO Trevisan Auditores Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180
Tel.: +55 (41) 3112-2170
Fax.: +55 (41) 3112-2170
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranacidade
Curitiba – PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Serviço Social Autônomo Paranacidade levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Serviço Autônomo Paranacidade em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas atividades, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na nota explicativa nº14, a administração entende que, por constituir-se sob a forma de Entidade sem fins lucrativos, está isenta da incidência de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados. Em razão da inexistência de jurisprudência para o tema e a incerteza que o permeia, inclusive quanto a opinião de seus assessores jurídicos, não é possível a mensuração dos eventuais impactos econômicos, financeiros e regulamentares decorrentes destas circunstâncias sobre as demonstrações contábeis de 2008 e de 2007 da Entidade.

BDO Trevisan Auditores Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180
Tel.: +55 (41) 3112-2170
Fax.: +55 (41) 3112-2170
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Serviço Social Autônomo Paranaidade
Curitiba – PR

5. As demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Entidade. A apresentação de déficit operacional neste exercício, bem como nos exercícios anteriores ao de 2006, decorreu substancialmente da decisão da administração, revisada anualmente, em abdicar do direito de auferir as receitas decorrentes da gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, em opção às receitas relativas aos financiamentos concedidos aos municípios, através da Agência de Fomento do Estado do Paraná, previstas como suficientes nos orçamentos anuais. Contudo, tais receitas não se realizaram nos montantes previstos, gerando a necessidade de revisão desses mesmos orçamentos. No exercício de 2008, a revisão orçamentária previu a realização de receitas do Ato Conjunto insuficientes, o que levou ao incremento de receitas da gestão do Fundo, em especial sobre os contratos firmados com a Sanepar e Cohapar, ocasionando a reversão do déficit apurado nos exercícios anteriores. Dessa forma, a caracterização de sustentabilidade do Paranaidade está condicionada a decisão dos seus administradores em utilizar ou não, o direito legal de auferir receitas previstas no Contrato de Gestão quando as receitas do Ato Conjunto firmado com a Agência de Fomento se mostrarem insuficientes.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na Norma de Procedimentos Contábeis - NPC nº 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2008.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007 (reclassificado)	PASSIVO	2008	2007 (reclassificado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	32	88	Fornecedores	524	457
Aplicações financeiras - (nota 4)	13.078	11.971	Salários e encargos sociais	363	299
Contrato de gestão - FDU - (nota 5)	3.900	1.686	Obrigações sociais e fiscais	123	198
Contas a receber - Agência de Fomento do Paraná S.A. - (nota 6)	170	403	Provisão para férias e encargos	1.237	1.049
ISS s/faturas AFPR S.A. - (nota 6)		562	Convênio de cooperação técnica - (nota 9)	6.613	3.532
Prefeitura Municipal de Piraquara	18	34	Outras contas a pagar	57	38
Estoques	130	110			
Adiantamentos a empregados	97	90	Total do passivo circulante	8.917	5.573
Outros créditos	80	28			
			NÃO CIRCULANTE		
Total do ativo circulante	17.505	14.972	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
NÃO CIRCULANTE			Provisão para contingências - (nota 10)	135	83
PERMANENTE				135	83
Imobilizado - (nota 7)	1.999	2.147	Total do passivo não circulante	135	83
Intangível - (nota 8)	191	93			
	2.190	2.240	PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 11)		
Total do ativo não circulante	2.190	2.240	Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
			Superávits (déficits) acumulados	6.077	6.990
TOTAL DO ATIVO	19.695	17.212	Total do patrimônio líquido	10.643	11.556
			TOTAL DO PASSIVO	19.695	17.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Receitas do contrato de gestão - (nota 1.a)	3.900	2.223
Receitas de ato conjunto - (nota 1.b)	14.048	11.258
Receitas financeiras	579	816
Receitas cooperação técnica	37	345
Outras receitas	<u>75</u>	<u>43</u>
	<u>18.630</u>	<u>14.685</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal - (nota 9)	(11.873)	(9.717)
Despesas gerais - (nota 10)	(2.167)	(2.450)
Utilidades e serviços contratados - (nota 11)	(1.589)	(1.317)
Despesas tributárias	<u>(3.923)</u>	<u>(349)</u>
	<u>(19.552)</u>	<u>(13.833)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>(913)</u>	<u>852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	4.566	6.138	10.704
Superávit do exercício		852	852
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4.566	6.980	11.556
Déficit do exercício		(913)	(913)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	4.566	6.077	10.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2008	2007
Superávit (déficit) do exercício	(913)	852
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciações e amortizações	481	408
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contrato de gestão	(2.214)	(1.888)
Contas a receber - AFPR	239	1.252
ISS a receber - AFPR	562	(562)
Prefeitura Municipal de Piraquara	16	40
Estoques	(20)	(68)
Adiantamentos a empregados	(7)	(13)
Outros créditos	(52)	87
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	87	81
Salários e encargos sociais	84	88
Obrigações sociais e fiscais	(75)	115
Provisão de férias e encargos	188	144
Provisão para contingências	52	
Outras contas a pagar	19	7
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	(1.815)	687
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(411)	(1.038)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(411)	(1.038)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Convênio de cooperação técnica	3.081	(4.622)
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades de financiamentos	3.081	(4.622)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	1.051	(4.871)
No início do exercício	12.058	16.930
No final do exercício	13.110	12.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, Entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, tem como atividades principais:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela Entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das Entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e Entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

Serviço Social Autônomo Paranaidade

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a. A remuneração do Paranaidade pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996, atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita (ata da 84ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S.A. abaixo do orçado, fez a Administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e este procedimento foi estendido também à Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2008 o Paranaidade, reconheceu como receita o montante de R\$ 3.900 (R\$ 1.686 em 2007) a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, com previsão de recebimento durante o exercício de 2009.

b. Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o Paranaidade mantém firmado o Ato Conjunto, de 22 de janeiro de 2002, com a Agência de Fomento do Paraná S.A., voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do Paranaidade estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a ser processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2008, a Entidade recebeu R\$ 10.659, (R\$ 11.656 em 2007) por conta desse Ato Conjunto, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços), atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRF- Imposto de renda retido e 4,65% referente a CSRF – Contribuições Sociais da Receita Federal).

Serviço Social Autônomo Paranacidade

c. Termo Cooperação Técnico Operacional, o Paranacidade mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S.A., programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - (PROMAP), a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2008 foi recebido o montante de R\$ 567, (R\$ 199 em 2007), por conta desse Termo, valores líquidos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços), atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRF Imposto de renda retido e 4,65% referente a CSRF – Contribuições Sociais da Receita Federal).

d. Termo Cooperação Técnico - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos, diretamente destinados à realização de obras de infraestruturas e serviços de limpeza urbana dos municípios paranaense – PROVIAS, com recursos originários do sistema BNDES/FINAME.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor efetivamente liberado, No exercício de 2008 não houve geração receita, por conta desse Termo, (R\$ 106 em 2007).

e. Contratos de Serviços de Consultoria - o Paranacidade mantém firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, contrato para apoio no desempenho de tarefas relacionadas à orientação e avaliação dos programas municipais a serem financiados no âmbito do Procidades.

A remuneração do Paranacidade estipulado neste contrato será de R\$ 1.053. No exercício de 2008, a Entidade recebeu R\$ 39 (R\$ 100 em 2007), por conta desse Contrato.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em consonância às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, tendo como principal impacto nas respectivas (especificamente do Paranacidade), a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. As demais alterações não produziram efeitos relevantes para retificação de saldos e notas explicativas.

Serviço Social Autônomo Paranaidade

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

d. Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

e. Passivo circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço. A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

f. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Serviço Social Autônomo Paracidade

g. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste a valor presente quando aplicável.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Serviço Social Autônomo Paracidade é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei n.º 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

i. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração		2008	2007
		Vencimento			
Banco do Brasil	FIF	Variáveis	Imediato	13.078	11.971
				<u>13.078</u>	<u>11.971</u>

5. CONTRATO DE GESTÃO – FDU

No exercício de 2008 o Paracidade, reconheceu como receita o montante de R\$ 3.900 (R\$ 1.686 em 2007) a título de contrato de gestão, correspondente a 5% dos desembolsos efetuados pelo FDU com fonte de recursos Renda Líquida, com previsão de recebimento durante o exercício de 2009.

Serviço Social Autônomo Paranacidade

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.

Descrição	2008	2007
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S.A.	170	403
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S.A.	1.498	562
(-) Provisão para realização dos créditos AFPR S.A.	(1.498)	
	<u>170</u>	<u>965</u>

O montante de R\$ 1.498 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S.A. ao Paranacidade. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao Paranacidade.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2008	2007
Terrenos		210	210
Edificações	4	649	649
Computadores e equipamentos de informática	20	1.035	782
Moveis e utensílios	10	763	755
Veículos	20	1.403	1.572
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	58	150
		<u>4.207</u>	<u>4.207</u>
(-) Depreciação acumulada		<u>(2.208)</u>	<u>(2.060)</u>
		<u>1.999</u>	<u>2.147</u>

Serviço Social Autônomo Paracidade

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2008	2007
Softwares	20	471	471
Sistemas de telefonia e telemática	20	1.229	1.095
		1.700	1.566
(-) Amortização acumulada		(1.509)	(1.473)
		191	93

Os ativos intangíveis não apresentam indícios de amortização acelerada. Para tanto, os saldos foram submetidos ao cálculo de seu valor de recuperação (impairment test).

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA. Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de unidade de Saúde, de forma a viabilizar a Implementação do Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
SESA / ISEP	19.200	1.559	(15.001)	(384)	5.374
	19.200	1.559	(15.001)	(384)	5.374

b) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 052/2006.

Serviço Social Autônomo Paranacidade

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre a SESA/ISEP, a SEDU, o Paranacidade e a UEPG para fins de construção de HOSPITAL REGIONAL no município de Ponta Grossa.

Movimentação apresentada:

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
SESA / HRP	9.000	170	(7.894)	(64)	1.212
	<u>9.000</u>	<u>170</u>	<u>(7.894)</u>	<u>(64)</u>	<u>1.212</u>

c) Secretaria de Estado da Cultura, referente ao Convênio nº 002/2007 Centro Cultural de Irati.

Entidade	Aplicação	Rendimentos	Utilidades e serviços contratados	Impostos, taxas e contribuições	Total
CENTRO CULTURAL DE IRATI	503	1	(477)	(1)	26
	<u>503</u>	<u>1</u>	<u>(477)</u>	<u>(1)</u>	<u>26</u>

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade, a qual é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com os respectivos processos. Os depósitos judiciais foram reclassificados de acordo com a NBC T 19.7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.066, de 21 de dezembro de 2005.

	2008	2007
Processos trabalhistas	154	102
Processos cíveis	36	36
	<u>190</u>	<u>138</u>
(-) Depósitos judiciais	<u>(55)</u>	<u>(55)</u>
	<u>135</u>	<u>83</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Serviço Social Autônomo Paracidade

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo superávit apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da Entidade.

12. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2008	2007
Salários e gratificações	6.402	5.364
Encargos sociais	2.933	2.498
Assistência médica e social	327	275
Outras despesas com pessoal	2.211	1.580
	<u>11.873</u>	<u>9.717</u>

13. DESPESAS GERAIS

Descrição	2008	2007
Depreciações e amortizações	461	408
Acordos e convênios	616	1068
Aluguéis	239	246
Material de consumo	336	257
Viagens e representações	206	196
Combustível	186	171
Outras	123	103
	<u>2.167</u>	<u>2.449</u>

14. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2008	2007
Telefone e fax	194	182
Serviços de informática	138	161
Serviços de engenharia	266	31
Propaganda e publicidade	207	78
Higiene e limpeza	232	214
Feiras e eventos	3	137
Correios	38	35
Manutenção e reparos	205	125
Refeições	6	6
Consultorias	4	51
Auditoria	36	25
Elaboração de projetos	90	133
Outras despesas	170	138
	<u>1.589</u>	<u>1.316</u>

15. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o Paranacidade é uma Entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSSL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A Administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais, e por este motivo, por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo Paranacidade possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 estão identificados a seguir:

Serviço Social Autônomo Paracacidade

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Disponibilidades	32	32
Aplicações financeiras	13.078	13.078
Fornecedores	(524)	(524)
Convênio de cooperação técnica	(6.613)	(6.613)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2008, a Entidade não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

18. MEDIDA PROVISÓRIA NÚMERO 449

Foi publicada em 03 de dezembro de 2008 pela RFB – Receita Federal do Brasil a Medida Provisória número 449 que, substancialmente ratifica a inexistência de efeitos fiscais sobre as alterações decorrentes da Lei nº 11.638, bem como cria o RTT – Regime Tributário Transitório. A referida medida provisória ainda depende de aprovação no Congresso Nacional.

19. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA - INFORMAÇÃO ADICIONAL

Serviço Social Autônomo Paracidade

	2008	2007
Superávit (déficit) do exercício	(913)	852
(+) depreciação/amortização	461	408
(+) resultado financeiro líquido	579	816
LAJIDA (EBITDA) *	127	2.076

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, tax, depreciation and amortization

* * *

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007,
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do superávit/ déficit

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

BDO Trevisan Auditores
Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180
Tel.: +55 (41) 3112-2170
Fax.: +55 (41) 3112-2170
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)
Curitiba-PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações dos superávits/ déficits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o superávit/ déficit de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BDO Trevisan Auditores
Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180
Tel.: +55 (41) 3112-2170
Fax.: +55 (41) 3112-2170
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Conselheiros
Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranaidade)
Curitiba-PR

4. O Fundo foi instituído com o objetivo específico de promover, incentivar e financiar projetos voltados ao desenvolvimento urbano, mediante concessão de financiamentos aos municípios do Estado do Paraná. Entretanto, a Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal) vedou a concessão de operações de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de Fundos, Autarquias, Fundações ou Empresas Estatais independentes. Visando a manutenção das atividades operacionais do Fundo, o Governo do Estado do Paraná vem efetivando as operações de financiamento aos municípios através da Agência do Fomento do Paraná – AFPR, provendo os recursos àquela instituição mediante redução de seu patrimônio junto ao Fundo e capitalização desses recursos junto a respectiva. O impacto destas medidas refletiu na retirada acumulada do FDU de R\$ 567.000 mil até 31 de dezembro de 2008 (R\$ 567.000 mil em 2007). Ademais, conforme nota explicativa 6, a Secretaria de Estado da Fazenda emitiu um Ofício esclarecendo que cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmados em 23 de outubro de 1996. Assim, considerando que não obtivemos documentação que detalhasse o teor do referido documento, e tampouco a resposta de circularização daquela Secretaria, confirmando o montante da dívida com o FDU, não é possível nesse momento estimar eventuais impactos nas demonstrações contábeis do FDU, decorrentes da não realização dos créditos a receber daquela Secretaria.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em 2008, exceto a demonstração dos fluxos de caixa de 2007, apresentada de forma comparativa, em substituição a DOAR – demonstração de origens e aplicações de recursos daquele exercício, não houveram outros ajustes referentes às demonstrações contábeis do exercício de 2007. Ademais, estão sendo apresentadas como previsto na Norma de Procedimentos Contábeis – NPC nº 12 – “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2009.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

QUADRO 1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	R\$ 2008	R\$ 2007	PASSIVO	R\$ 2008	R\$ 2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Bancos	149		Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	27.900	18.348
Aplicações financeiras - (nota 4)	254.580	224.412	Fornecedores	4.284	3.023
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	23.148	29.411	Outras contas a pagar	45	73
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	8.000	8.000			
Contas a receber	28	101	Total do passivo circulante	32.229	19.444
Total do ativo circulante	284.015	259.924			
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e subempréstimos concedidos - (nota 5)	41.308	83.327	Empréstimos e financiamentos - (nota 7)	200.268	155.678
Recursos a receber da Secretaria da Fazenda - (nota 6)	4.288	4.288	Provisões para contingências	217	431
	45.596	87.625		200.483	156.109
Total do ativo não circulante	45.596	87.625	Total do passivo não circulante	200.483	156.109
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (nota 8)		
TOTAL DO ATIVO	339.621	327.449	Recursos do Governo do Estado do Paraná	2.397	2.397
			Superávits acumulados	27.089	83.679
			Reserva conforme Decreto 5937 de 23.12.05	77.423	65.820
			Total do patrimônio líquido	106.909	151.896
			TOTAL DO PASSIVO	339.621	327.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU****DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Financiamentos concedidos	8.418	11.418
Rendimentos de aplicações financeiras	27.630	25.923
Variação cambial líquida		45.537
Outras receitas	<u>98</u>	<u>455</u>
	<u>36.144</u>	<u>83.334</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 9)	(12.739)	(36.473)
Administração - contrato de gestão	(3.900)	(2.223)
Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos	(84.099)	(7.897)
Serviços de terceiros	(391)	(658)
Despesas a fundo perdido		(526)
Outras despesas	<u>(2)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(81.131)</u>	<u>(47.793)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>(44.987)</u>	<u>35.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits acumulados	Reserva Conforme decreto 5.927	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	62.397	65.963	67.995	166.355
Redução de capital por transferência à Agência de Fomento do Paraná S.A. (nota 8)	(50.000)			(50.000)
Constituição de reserva decreto nº 5.927 de 23.12.05		(7.825)	7.825	
Superávit do exercício		35.541		35.541
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.397	83.679	65.820	151.896
Constituição de reserva - Decreto Estadual nº 5.927 de 23.12.05		(11.603)	11.603	
Déficit do exercício		(44.987)		(44.987)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.397	27.089	77.423	106.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**
(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2008	2007
Superávit (déficit) do exercício	(44.987)	35.541
Redução dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	28.182	29.201
Contas a receber	73	388
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos	58.140	(47.469)
Fornecedores	1.281	1.777
Outras contas a pagar	(28)	21
Provisão para contingências	(214)	
Redução do capital social		(50.000)
Disponibilidades líquidas geradas (absorvidas) pelas atividades operacionais	40.427	(30.642)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	40.427	(30.642)
No início do exercício	224.412	254.955
No final do exercício	264.839	224.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(ADMINISTRADO PELO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, tem os seguintes principais objetivos:

- cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;
- executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;
- atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus Municípios;
- constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;
- atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos Estados e seus Municípios;
- contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;
- incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
- promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

- publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;
- administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
- propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedado a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995, eram calculados com base na variação da UFIR, e pela Lei nº 11.638/07, tendo como principal impacto nas respectivas (especificamente do FDU), a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. As demais alterações não produziram efeitos relevantes para retificação de saldos e notas explicativas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativo circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos “pro-rata temporis”, de acordo com as taxas pactuadas.

b. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

c. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

d. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

e. Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da entidade a utilização de estimativas para registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2008	2007
Banco do Brasil	CDB-PÓS	Variável	Set/10		53.220
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez Imediata		39.523
Banco do Brasil	FIF	Variável	Liquidez Imediata	99.767	
CEF	FIF	Variável	Liquidez Imediata	164.923	131.669
				<u>264.690</u>	<u>224.412</u>

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Programa	Encargos anuais	2008	2007
PPU	TR mais 8,85%	383	5.163
FDU	TR mais 8,85%	10.492	23.443
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	<u>53.580</u>	<u>64.032</u>
Totais		64.455	92.638
Menos - parcela de curto prazo		<u>(23.147)</u>	<u>(28.411)</u>
Realizável a longo prazo		<u><u>41.308</u></u>	<u><u>63.227</u></u>

PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano.

FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

PPU II/SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Os encargos e as amortizações são recebidos mensalmente em prazos remanescentes de até 05 anos que variam de acordo com a época da liberação dos recursos e prazos definidos contratualmente.

Como forma de garantia do pagamento dos empréstimos e subempréstimos concedidos, os municípios delegam ao agente financeiro Banco Banestado S.A. (Banco Itaú S.A.), poderes para reter o repasse das importâncias que lhes couberem no Fundo de Participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por essa razão, o fundo não apresenta inadimplência.

O saldo de longo prazo em 31 de dezembro de 2008 será recebido como segue:

2010	18.088
211	16.835
2012 à 2014	<u>29.533</u>
Total	<u><u>64.456</u></u>

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

6. RECURSOS A RECEBER DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Segundo o Ofício No. 364/2006-GAB, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, ficou acordado em reunião realizada em 21 de novembro de 2006, entre os representantes daquela Secretaria e do Serviço Social Autônomo Paranaidade, que o Estado do Paraná cumpriu com os compromissos estabelecidos nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, firmado em 23 de outubro de 1996, estando sob responsabilidade da Administração elaboração de documentação hábil para ratificação deste acordo.

7. EMPRÉSTIMOS (CURTO E LONGO PRAZOS)

Refere-se ao contrato de empréstimo nº 1.405/OC-BR, celebrado em 03 de julho de 2002 entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de até o montante de US\$ 100 milhões, para prover recursos ao Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.614, de 05 de junho de 2002, o total de juros, encargos e amortizações, decorrente deste empréstimo, ficará sob a responsabilidade do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, gerido através do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná S.A..

O FDU mantém registrado a totalidade dos valores de juros, encargos e liberações dos recursos oriundos deste contrato, em decorrência do processo em andamento para definição do retorno dos recursos da Agência de Fomento para o Fundo. Tal processo está sendo conduzido pela administração da entidade no sentido de adequar a legislação voltada à Agência de Fomento e ao FDU, para respaldar o retorno de recursos ao Fundo provenientes dos lucros das operações de crédito realizadas pela Agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano II, para composição de reservas para o pagamento do empréstimo em questão.

Sobre os recursos advindos deste empréstimo para o FDU incidem encargos anuais com base na variação cambial do dólar norte-americano mais juros de 4,16% ao ano.

Em decorrência da flutuação cambial da moeda norte-americana, tais recursos equivalentes a US\$ 95.122 mil (2007 – US\$ 95.122 mil), originaram variação cambial passiva, no exercício de 2008, no montante de R\$ 56.670 (Em 2007 variação cambial ativa no montante de R\$ 45.537), que se encontra refletida nas Demonstrações Contábeis.

O empréstimo é garantido por aval concedido pelo Tesouro Nacional. As parcelas de amortização de longo prazo tem vencimentos semestrais nos meses de janeiro e julho de cada ano, após seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, que ocorreu em agosto de 2006. A amortização teve início em julho de 2007 e a última parcela deste empréstimo dar-se-á em julho de 2027.

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná: relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do superávit (déficit) apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, do Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$ 567.000 (567.000 mil em 2007) de recursos do FDU foi transferido à referida Agência.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governo do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU, que em cada exercício financeiro, poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2008, foram destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido do exercício, findo em 31.12.2007, no montante de R\$ 11.603 (R\$ 7.825 em 2007) fonte de recursos FDU/Renda Líquida.

9. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2008	2007
Rádio e Televisão Educativa do Paraná	001/2005/SEDU/PVC		295
Cine Império	Convênio nº 003/2003/SEDU/PVC	6	73
Programa de Valorização Cultural		9	324
Despesas com recursos da fonte Renda líquida			
Decreto 5.927 de 23.12.2005		12.724	35.760
Outras			21
		<u>12.739</u>	<u>36.473</u>

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados na troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Aplicações financeiras	264.690	264.690
Empréstimos e financiamentos concedidos	64.456	64.456
Fornecedores	(4.283)	(4.283)
Empréstimos e financiamentos	(228.166)	(228.166)
	<u>329.146</u>	<u>329.146</u>

b. Risco cambial

A administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swap*) para proteger seu passivo ou exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais. A exposição em 31.12.2008 ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	2008 - USD	2007 - USD
Empréstimos e financiamentos	<u>92.683</u>	<u>95.122</u>
Exposição cambial líquida	<u>92.683</u>	<u>95.122</u>

Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Aplicações financeiras

Os saldos em aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

- Derivativos

A Entidade administradora do Fundo tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. De acordo com suas políticas financeiras, a Entidade não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2008, o Fundo não possuía qualquer contrato de “forward” e/ou “swap” em aberto.

11. MEDIDA PROVISÓRIA NÚMERO 449

Foi publicada em 03 de dezembro de 2008 pela RFB – Receita Federal do Brasil a Medida Provisória número 449 que, substancialmente ratifica a inexistência de efeitos fiscais sobre as alterações decorrentes da Lei nº 11.638, bem como cria o RTT – Regime Tributário Transitório. A referida medida provisória ainda depende de aprovação no Congresso Nacional.

* * *

IX - ANEXO

- **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Nº 001/09

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 111ª Reunião Ordinária realizada em 29 de abril de 2009.

RESOLVE

- I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2008, bem como as “DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”, apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da BDO TREVISAN – Auditores Independentes;
- II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;
- III. Aprovar a relação das licitações do período de dezembro/2008 a abril/2009.

Curitiba, 29 de abril de 2009.

Presidente do Conselho de Administração